

CENAP - POLITICA 2 DE ABRIL A 14 DE ABRIL DE 1974

CENAP - NEUROLOGIA
CLASS. _____

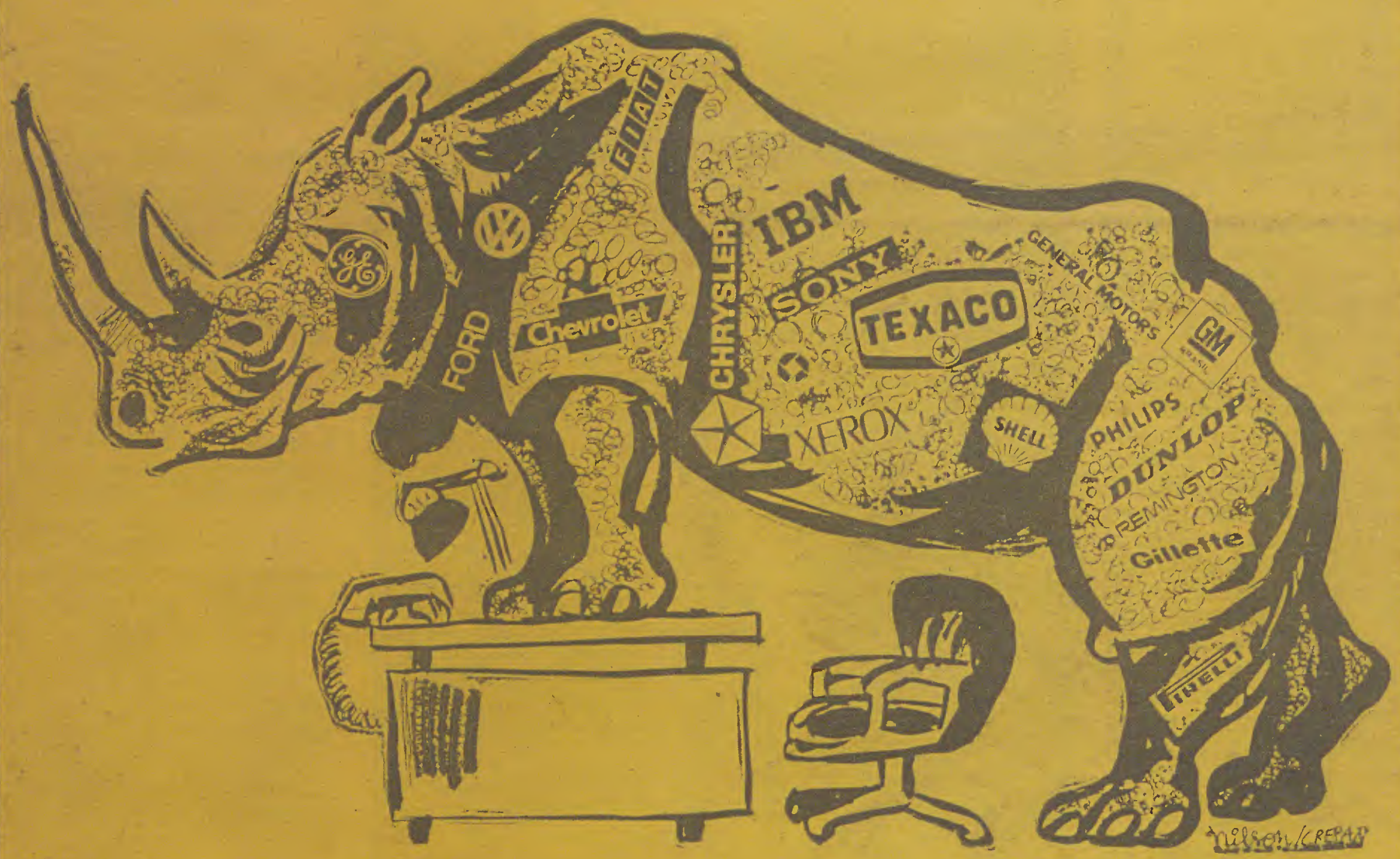
FUNDO GEMAP
AC 16/157

POLITIKA

RIO, DE 8 DE ABRIL A 14 DE ABRIL DE 1974

ANO III - NUMERO 123 - Cr\$ 3,00

MULTI



NACIONAIS

EMPRESAS

INTERNACIONAIS

E MULTINACIONAIS

... Estamos convencidos porém de que a própria continuidade depende da capacidade de mudança, em face de alterações sensíveis do quadro conjuntural interno e externo. Assim falou o Presidente Geisel em seu discurso-programa e assim está acontecendo. Provas dessa capacidade de mudança é, por exemplo, a adoção de uma política realista de preços para uma série de produtos agrícolas e industriais; o reconhecimento público e a esperança de que a taxa de inflação — já de 7% no primeiro trimestre — não ultrapasse os 23% até o fim do ano; a criação de um fundo federal para administrar e distribuir seletivamente os recursos gerados pelos 32 diferentes incentivos fiscais, de acordo com as prioridades regionais e como medida de oposição ao problema do agravamento dos desniveis na distribuição da renda interna; o enfrentamento dos graves e inúmeros problemas de nossa agricultura, onde convivem, desde formas de produção feudal até a mais avançada tecnologia capitalista, com vistas a aumentar a produtividade no campo, estimulando-se, para tanto, a participação das multinacionais e trading companies nas empresas agrícolas.

Ainda em seu pronunciamento, o Presidente Geisel afirmou que "a prioridade número um da estratégia econômica será a de manter altas taxas de crescimento do produto real, compatíveis com as registradas nos últimos anos", o que vem significar a manutenção do crescimento acelerado do PIB, num momento em que fatores conjunturais externos levam a Organização para a Cooperação e



THEÓFILO DE AZEREDO SANTOS

Desenvolvimento Econômico a prever taxas de crescimento, para os principais países desenvolvidos, que chegam a assustar: os EUA teriam crescimento zero este ano, o Japão reduziria seus 10% de crescimento para 1,75% e a Inglaterra teria um PIB negativo, menos 2,5%. Por outro lado, não é

de se ignorar que o Brasil gastou em petróleo 500 milhões de dólares em 1972, mais de 1 bilhão em 1973 e este ano deve desembolsar cerca de 3 bilhões, para fazer face às importações (e aos preços) dos 80% do petróleo que consome. E esses números só não pareciam reais para o ex-

ministro Delfim Neto, que falando para os exportadores admitiu que isso seria tranqüilamente liquidado pelas nossas enormes reservas em divisas.

E a então simplicidade simples do Sr.

Delfim parece que não estava assentada na realidade. Prova é que o novo Governo, embora pretendesse ir reajustando gradualmente os preços da gasolina e dos óleos diesel e combustível, foi levado realisticamente a conceder um aumento de 32,3% para a gasolina e aumentos menores para o óleo diesel e óleo combustível, abandonando a idéia anterior.

— Acontece que a idéia teve de ser abandonada, pois isso iria custar ao Banco Central Cr\$ 10 bilhões, o que é inviável, esclareceu o ministro Simonsen.

Nesta conjuntura, apresenta-se mais atual do que nunca o papel que as multinacionais devem desempenhar no esforço conjunto pelo desenvolvimento brasileiro, detentoras que são de ponderáveis influências em setores vitais de nossa economia e que agora se aprontam para entrar na área agrícola.

O presente trabalho que publicamos é uma conferência do financista Theófilo de Azeredo Santos no IPEAC, seguida de debates onde participaram os deputados Alceu Collares, Amaral Souza e Theódulo de Albuquerque. Além da grande autoridade do conferencista, a abordagem do papel das multinacionais na economia brasileira é de grande atualidade, sendo objeto da preocupação do general Geisel que, no seu discurso-programa, manifestou dúvidas quanto ao mal ou o bem que tais mamutes podem nos trazer.

As empresas internacionais, como instituições cuja atuação é motivada pela busca das oportunidades mais rentáveis, distanciadas das posições ideológicas e guiadas pelo pragmatismo econômico, tornaram-se objeto de preocupações de trabalhadores e empresários, dos governos dos países hóspedes destas empresas e dos seus países de origem e estão merecendo a atenção cada vez maior dos órgãos internacionais.

Em primeiro lugar, o balanço de pagamentos é uma das causas dessas preocupações. A remessa de lucros, o retorno do capital de risco ou de empréstimo e os juros podem pressionar as contas externas dos países além de um ponto julgado aceitável.

As companhias associadas importam e exportam capital, transferem lucros, juros, royalties.

A direção do movimento de capitais é conhecida e pode ser sintetizada, nos seguintes pontos:

1. A emigração de capital é dos países desenvolvidos, na sua maior parte, sendo pequena as exportações de capital pelos subdesenvolvidos;

2. O capital exportado pelos desenvolvidos destina-se primordialmente a outros países desenvolvidos. De cada 4 dólares de capital exportado, 3 vão para países desenvolvidos e apenas 1 para áreas subdesenvolvidas. O mundo desenvolvido concentra em suas mãos o movimento internacional de capitais, como remetentes e recipientes;

3. Em contrapartida, parte dominante das receitas e lucros tem como origem destino as áreas desenvolvidas;

4. As pequenas percentagens dos investimentos internacionais que se destinam aos países subdesenvolvidos representam volumes de recursos de importância considerável comparativamente ao tamanho dos setores econômicos de destino nestes países. A sua significação local é inadequadamente refletida nos percentuais globais encontrados para a economia mundial como um todo.

Em segundo lugar, as operações financeiras das companhias internacionais e multinacionais nos países hóspedes podem pressionar os recursos de capital dos mesmos, tanto no mercado de títulos mobiliários de médio e longo prazos como no mercado de crédito de curto prazo.

As multinacionais concorrem com as empresas nacionais pelos capitais no mercado interno. Alguns países limitam

o volume de recursos que pode ser captado no mercado local como uma fração predeterminada dos recursos próprios obtidos no exterior por estas companhias.

Os reinvestimentos para repor o capital depreciado ou para expandir a capacidade instalada, na situação atual da renovação tecnológica contínua, permitem incorporar aos processos de produção do País novas técnicas, as quais tendem a ser importadas e quase sempre não se ajustam ao perfil nacional de disponibilidade de fatores de produção. É verdade que, mesmo em se tratando de empresas nacionais, a importação de tecnologia acarreta efeitos similares. Mas as empresas nacionais tenderiam a importar equipamento e "know-how" das fontes mais baratas o que necessariamente não ocorre com as subsidiárias de empresas internacionais, principalmente quando tais equipamentos ou "know-how" são supridos pelas suas Matrizes ou acionistas majoritários.

Há que se considerar, por outro lado, que, freqüentemente, o investimento direto das companhias internacionais são meros substitutos dos investimentos de empresas locais, e, no final, poderia não haver adição líquida de capital no país recipiente. Entretanto, as companhias internacionais, dispendo de mais capital, tecnologia e capacidade de gerência são capazes de iniciar atividades freqüentemente fora do poder de gestão das empresas nacionais

Uma política para as multinacionais

Cabe, aqui, aos governos dos países hóspedes, um papel duplo quanto a esses investimentos:

a) de um lado, deve procurar orientá-los para setores e regiões prioritários, do ângulo da política de desenvolvimento nacional;

b) deve, ao mesmo tempo, adotar critérios que assegurem a participação de empresários nacionais sob formas acionárias igualitárias, majoritárias ou minoritárias, a depender da situação específica;

c) evitar, também, a entrada de empresas estrangeiras em áreas adequadamente cobertas pela empresa nacional;

d) proteger as empresas nacionais de políticas de "dumping" das suas competidoras internacionais.

Além da entrada de capital novo e dos investimentos de reposição, deve-se atentar também para a política de reinvestimentos de lucros dessas empresas. Nas economias com expectativas de lucros futuros elevados a taxa de reinvesti-

mentos é alta, como ocorre no Brasil, no momento.

A formulação de uma política fiscal adequada poderá alterar a combinação das remessas e reinvestimentos favoravelmente ao país recipiente.

Um terceiro aspecto de interesse na operação das empresas internacionais se refere à administração financeira do grupo de empresas subsidiárias.

Em geral, cabe à subsidiária administrar o lucro corrente e fontes de recursos externos à empresa, de curto prazo. À Matriz cabe as disposições estratégicas sobre a distribuição do lucro do grupo, a aquisição do capital novo, a locação de ativos líquidos e política de investimento de longo prazo.

A execução dessas atividades requer um trabalho considerável de coordenação das subsidiárias e empresas afiliadas, pois a estrutura interdependente do grupo é motivada por uma ampla variedade de objetivos, preferências e expectativas individuais.

A atividade de coordenação é complicada pela existência das subsidiárias como empresas separadas, cujos registros contábeis estão sujeitos à fiscalização oficial separada, diminuindo a liberdade de movimentos de recursos entre empresas a nível inferior àquele que existe dentro de uma mesma empresa.

O pagamento de dividendos à Matriz está sujeito a imposto de renda sobre lucros distribuídos, além do imposto sobre lucros das empresas.

Por sua vez, a Matriz paga impostos correspondentes sobre os lucros e remunerações outras recebidas das subsidiárias e afiliadas.

O jogo da tributação

A bitributação é um problema fundamental das multinacionais e empresas internacionais. As taxas de incidências variam muito entre os países. Têm surgido vários esquemas para evitar a bitributação ou a tributação excessiva:

1. a não remessa de dividendos pode ser uma política a adotar, mas é de duração temporária, pois, cedo ou tarde, o capital investido deverá ser remunerado;

2. é comum a substituição de dividendos por outros pagamentos. Há essencialmente duas formas de substituição:

a) pagamento de royalties à Matriz pelo uso de processos por ele patenteados, por assistência técnica e gerencial fornecida;

b) recursos podem ser transferidos, à Matriz, em rubrica não sujeita a dupla tributação, como juros sobre empréstimos.

Juros, empréstimos e lucros

Freqüentemente, os royalties sobre patentes do próprio grupo não são admitidos pela legislação de vários países e são considerados parte integral da atividade da afiliada.

O pagamento de juros como forma substitutiva do dividendo exige que a Matriz supra empréstimos à subsidiária em lugar de capital social próprio. Este não retorna à Matriz, exceto em casos de encerramento das atividades da subsidiária e o dividendo é incerto.

O empréstimo é reembolsável em prazos pré-fixados, permitindo planejar com maior flexibilidade suas reaplicações, cujo zoneamento poderá coincidir ou não com sua distribuição anterior.

A mesma observação pode ser feita com respeito à sua direção setorial, no caso comum de empresas internacionais operando em inúmeras atividades.

Vale ressaltar que há pelo menos duas limitações à política de empréstimos como substituição à política de maiores recursos próprios:

1. a legislação local pode determinar limites à combinação de recursos próprios e de terceiros, obtidos no país e
2. o endividamento excessivo pode comprometer a capacidade de a subsidiária obter recursos adicionais de empréstimos de outras fontes fora do grupo a que pertence.

Outros esquemas para evitar a tributação e a tributação, excessiva ou não, foram desenvolvidos. O superfaturamento pela Matriz de mercadorias ou serviços vendidos à filial é um deles. O subfaturamento, dos mesmos itens, fornecidos à Matriz pela subsidiária é outra possibilidade. O mecanismo de preços pode ser utilizado para esconder os lucros e fugir aos impostos. O mecanismo exige naturalmente, que haja um fluxo de mercadorias e serviços adequado entre a Matriz e subsidiária.

Redução fictícia do lucro

As práticas objetivando a redução do lucro para efeitos fiscais podem ser prejudiciais aos acionistas minoritários do país hospede pela impossibilidade de receber, no presente ou em qualquer tempo futuro, os lucros respectivos, os quais são transferidos, pelos esquemas descritos, aos acionistas estrangeiros.

Por outro lado, tanto o super como

o subfaturamento diminuem a receita fiscal do país hospede.

Quando a tributação no país da Matriz. Quando os diferenciais de impostos país da subsidiária, pode ser rentável a criação de uma companhia em outro país onde a taxa de imposto seja muito baixa, o qual se tornaria o centro distribuidor dos lucros do grupo, enquanto os mesmos não são remetidos à Matriz.

Esta base, num terceiro país, centraliza e coordena as aplicações da Matriz. Quando os diferenciais de impostos são grandes, a postergação do seu pagamento pode constituir uma fonte muito importante de fundos.

É provável, igualmente, que as multinacionais e empresas internacionais procurem deslocar fundos para países cujas moedas estão na linha de uma valorização imediata ou a curto prazo, contribuindo para acentuar os desequilíbrios monetários internacionais. Os fluxos de empréstimos poderão ser motivados por razões similares. A existência de controles ou registros é incapaz de impedir tais movimentos na sua forma disfarçada de empréstimos, a menos que haja proibição total de entrada de recursos externos.

A reserva de mercados constitui um ponto dos mais importantes na atuação dessas companhias.

Convém ressaltar que o atendimento de um mercado por uma subsidiária A e não por uma subsidiária B, localizadas em países diferentes, reflete em geral diferenças de rentabilidade, depois dos impostos pagos. Como empresa é motivada pela busca de lucros, dificilmente a reserva de mercado seria mantida não fosse ela lucrativa para a multinacional, como grupo.

É verdade que essas diferenças de rentabilidade podem se originar de tratamentos fiscais diferenciados e, nestes casos, a correção das distorções fiscais pode eliminar o motivo que deu origem àquelas reservas.

Mas a reserva de mercado é freqüentemente mantida e a entrada de novos fornecedores nacionais impedida por uma ação de "dumping" — do grupo, em geral suficientemente forte para absorver prejuízos temporários, na certeza de lucros compensadores a longo prazo.

Alceu Collares: Já se sabe, e os economistas têm afirmado, que principalmente as companhias estrangeiras, agora com esse colorido de multinacionais, aplicam e investem buscando exclusivamente o lucro, descurando-se de quaisquer outros aspectos, principalmente do aspecto social.

Daí a razão por que me parece altamente realista e honesta a posição do Presidente da República, que ainda não tem certeza de que se as multinacionais podem se constituir num bem e podem se constituir num mal para a economia brasileira. Entendo mesmo que nas economias frágeis, como é a do Brasil — um país subdesenvolvido — o cuidado deve ser grande no sentido de admitir a sua institucionalização na economia, porque se sabe que elas, como economia de

escala, jamais vão aplicar em setores não dinâmicos da economia, vão buscar exatamente aquele setor dinâmico onde haja maior possibilidade, dentro do menor tempo possível, de maior lucro. E isso me parece altamente prejudicial, ainda que a maioria do capital, na composição das multinacionais, possa ser o capital nacional, porque não é propriamente a constituição do capital que decide: é a direção dessas multinacionais, que, às vezes, são constituídas de número pequeno de técnicos e elementos altamente capacitados no campo gerencial e administrativo.

São eles que vão decidir, porque é certo que, quando uma organização dessas se reúne em assembleia, os acionistas ali não comparecem. Normalmente, os que comparecem são os gerentes, os administradores e os técnicos e eles são quem imprimem o plano de atividade ou de ação para as chamadas multinacionais.

Proteção ao capital nacional

Parece-me que uma lei protegendo o capital nacional, fixando um limite de lucros, seria instrumento altamente valioso para que essas multinacionais não viessem a ser aqui implantadas no sentido de prejudicar a economia nacional.

Os setores mais dinâmicos escolhidos pelas multinacionais ficam impedidos de que o capital nacional ali possa agir. Isso é natural em toda a parte. Não há exceção. É tão verdadeiro que o Japão, por exemplo, admite algumas dessas multinacionais, mas tem uma preocupação muito grande de fazer a preservação da economia nacional com um enorme instrumento de defesa do capital pátrio. Esse capital estrangeiro é apátrida: ele vai onde pode e naturalmente onde possa maiores lucros obter. Daí a razão pela qual tenho a impressão de que o atual sistema econômico do Brasil propicia, facilita, protege o capital estrangeiro, possibilita a que ele venha para cá e aqui se instale nos setores mais dinâmicos da economia. E ainda mais: com estímulos fantásticos que não são dados à pequena e à média empresa.

Lamentavelmente, isso está ocorrendo. Esta nossa preocupação de exportação, que não deixa de ser uma necessidade essencial para o crescimento econômico do País, parece-me que atingiu um limite de excesso, porque o modelo econômico brasileiro está se dirigindo para alimentar apenas um segmento da população brasileira.

Este segmento da população brasileira é que consome mais de 80 ou 90% de bens duráveis de consumo. E nesta faixa dos bens duráveis de consumo as empresas multinacionais e as empresas internacionais são altamente especializadas através de uma tecnologia sofisti-

cada. Elas ingressam no país exatamente para tirar o que se chama a substância do processo econômico. Então, no Brasil, está ocorrendo isso. Estamos exportando com estímulos extraordinários e dando, transferindo as forças do próprio trabalho para as economias internacionais.

Hoje, o Brasil é uma economia dependente de decisões externas em vários setores da sua economia. Muitas vezes, querendo tomar uma posição eminentemente nacionalista — hoje este termo não é muito utilizado, lamentavelmente, mas todos os países são nacionalistas, e a expressão nacionalista nós a utilizamos no sentido de defender o que é seu, tanto é verdadeiro que às vezes ocorrem algumas guerras por aí, algumas invasões em alguns países, em defesa do capital estrangeiro que ali está localizado.

“Inchação” do consumo

Acho muito difícil a matéria, muito perplexa, tendo em vista que é um instituto novo, que está surgindo no campo da economia internacional e avança a passos rápidos e com esta intenção, que é a intenção do capital, de buscar lucros.

É tão verdadeiro que estas organizações, às vezes com filiais, por exemplo, no Brasil ou em outros Estados, fazem a própria concorrência.

É este poder fantástico de promoção, de publicidade, criando necessidades artificiais, fictícias, em um povo subdesenvolvido, me parece altamente prejudicial, das multinacionais e de algumas companhias nacionais também, que estão na expansão da industrialização dos bens duráveis de consumo para abrir mercado ou para criar mercado de consumo às vezes fictícios, utilizando desse instrumental fantástico que é a promoção que é a propaganda, criando estas necessidades artificiais que a gente chega, por exemplo, aqui no Gama e verifica casas às vezes de lata e madeira, da pior espécie como habitação, sem as menores condições de habitabilidade, verdadeiros cortiços, mas têm uma televisão, um rádio, e às vezes até um carro na frente da casa.

Me parece que esta onda promocional criando as necessidades artificiais e fictícias traz um prejuízo enorme para a nação e este tipo de crescimento econômico que está sendo orientado pelo Governo brasileiro tem fissuras e rachaduras que precisam ser corrigidas ao longo do tempo ou talvez imediatamente, porque há necessidade da criação de um mercado de consumo para os bens duráveis de consumo o que faz com que o Governo busque realimentadores para este tipo de crescimento econômico através dos incentivos fiscais e isto está levando a uma forte concentração e reconcentra-

ção de rendas e o que é pior, concentração de riquezas nas mãos de uma minoria, que, lógico, está altamente favorável à manutenção desse sistema econômico.

Seletividade nos investimentos

Acho difícil, num tema econômico, partir-se de uma ideia fixa.

De um lado, cabe ao Governo procurar orientar essas empresas pelo critério da seletividade. Vou dar-lhe um exemplo prático, já que o Deputado é do Rio Grande do Sul. Não interessa à economia nacional se instale no Brasil uma fábrica de sapatos, com capitais estrangeiros, uma vez que a economia brasileira, internamente, já produz para o mercado nacional sapatos suficientes e ainda os exporta.

Portanto, seria apenas uma concorrência à empresa privada nacional. Então, o primeiro critério é o da seletividade. O governo é quem deve selecionar os campos de atuação dessas empresas. — É claro que a empresa vai procurar o melhor para ela. Mas ela tem que perseguir não apenas os seus próprios interesses, mas estes devem estar condicionados a um programa que o Governo vai estabelecer. Se não estabelece, ela vai para onde quiser, é claro.

Tomos, então, em primeiro lugar, a seletividade. Em segundo lugar, o controle. Em terceiro lugar o estímulo ao reinvestimento. E, em quarto, procurar também ver se a tecnologia é avançada, ou se ao contrário, apenas estão sendo transferidas para cá máquinas e instrumentos que perderam o seu valor lá fora e que aqui vêm apenas preencher um setor que, no estrangeiro, está fora de concorrência.

Outro aspecto que me parece importante e que não tem sido ventilado — e por coincidência ocorreu lá no Rio Grande do Sul, é que uma empresa multinacional comprou a produção por três ou quatro anos — toda a produção. A empresa começou a fornecer muito bem, satisfetíssima. Quando verificou, no terceiro ano, que havia possibilidade de vender mais, importou equipamentos, dobrou o seu pessoal e se preparou para essa nova fase.

Nesse momento a empresa multinacional disse: “não, agora eu só posso comprar por um preço menor”. Ora, como ela tinha o controle de venda total dessa empresa, o que essa podia fazer? Dobrou a produção, dobrou o pessoal, importou máquinas, enfim, endividou-se interna e externamente. Então ela só tinha dois caminhos: ou fechar, ou ser transferida para um país estrangeiro. Portanto, não é só o problema da entra-

da da multinacional que deve ser examinado, mas também o controle de sua atuação.

Acho que o Governo tem obrigação de controlar qualquer empresa — nacional, estrangeira, pequena, média ou grande —, não é o tamanho, a coloração ideológica, a nacionalidade do empresário que vão impedir o Estado de controlar.

O Estado deve e pode, para satisfazer as suas obrigações, controlar qualquer atividade. Mas esse problema da compra de produção deve ser examinado.

Um outro aspecto, também a meu ver, que o japonês agora está tentando inovar é a participação minoritária nas empresas.

O Japão, criando alguns problemas inclusive para o mercado norte-americano, tem inovado e criado várias indústrias no Brasil, ficando com a participação minoritária e dando tecnologia e recursos, mas adquirindo a produção, apenas a que é de exportação.

Interessa a eles receber aquela mercadoria e concorrer com o produto alemão, italiano ou norte-americano em outros lugares.

Controle de mercado

Outro aspecto também a meu ver de grande importância e que nesse ponto felizmente tem havido tecnicamente uma solução igual, qualquer que seja o Governo do Brasil, pouco importa a ideologia, se há ou não posição assumida pelos Presidentes, é que as instituições financeiras não podem perder o sistema de controle do mercado.

Felizmente, num levantamento que fiz antecorrem, temos hoje, das agências bancárias brasileiras, 2,67 em mãos de capital estrangeiro; dos depósitos, 5,24; e dos empréstimos, 4,86. Portanto, o sistema financeiro nacional, no dia em que fosse transferido para o controle estrangeiro, nós perderíamos o controle completo da economia.

Graças a uma posição dos técnicos do Banco Central e dos empresários privados, felizmente têm sido opostos obstáculos, apesar da pressão. Muitas vezes um banco brasileiro não abre uma agência no estrangeiro, por exemplo, em Nova Iorque, por uma razão muito simples: porque o Governo norte-americano faz pressão, não direta, mas através dos empresários, no sentido de permitir a abertura de bancos no Brasil. O que aconteceu com o banco brasileiro foi o seguinte: ele foi para Nova Iorque, com todo processo normal, o pedido, tudo certinho,

e ficou um ano com a agência pronta para a instalação, e não instalou. Por quê? Porque queriam condicionar a instalação à abertura de mais um banco estrangeiro, norte-americano, obviamente, no Brasil. E para validar essa tese absolutamente injusta, porque já temos bancos norte-americanos funcionando no Brasil, eles alegaram que nos Estados Unidos a lei é estadual. E como esse banco ia para Nova Iorque, o banco que estava pedindo para vir para o Brasil era também de Nova Iorque. Então, o critério da reciprocidade estaria assegurado, porque lá a legislação é estadual.

Mas eu acredito que a resposta final seria a seguinte: o Governo tem de fazer um programa, estabelecer uma seletividade, controlar a atuação, dessas empresas, e também procurar, através do processo fiscal, do processo cambial, do processo indutivo, dirigir essas empresas para os interesses de um programa que ele estabeleceu.

Se não houver programação, se não houver seletividade, se não houver controle, vai acontecer que elas irão para onde quiser e farão aquilo que desejam. Quanto ao aspecto de benefícios, num levantamento que obtive, o último que saiu, de 1971 — vou inclusive anexar aos nossos debates — podemos verificar que o Brasil, dos países do mundo, é o que dá mais facilidades para o capital estrangeiro. Ora, uma de duas: ou já estamos realmente numa posição tão boa que não precisamos abrir tanto a porta ou estamos numa posição tão ruim, que a porta tem de ficar escancarada.

Vantagens e desvantagens

Se tudo está muito bem, tudo ótimo, todo mundo aplaudindo, então para que continuar nessa posição desigual de desvantagem para nós? Ou está tão bom, que não mais precisa ou está tão ruim que tem de continuar aberta. E não vejo como fugir a realidade que pode não agradar. Mas é assim. Se está tudo tão ótimo, tudo tão excepcional, por que continuar a desfavorecer o País com vantagens que não são reclamadas lá fora?

Franco Montoro: Permita-me interferir. Quais são as vantagens e desvantagens?

TAS: O problema de remessa de dividendos e especialmente as vantagens fiscais.

O quadro será anexado ao estudo, inclusive também o referente à parte de controle de bancos.

Amaral Souza: Entendemos, e assim tem entendido o Governo que este Deputado apóia, que o problema tem de ser analisado de forma pragmática, porque nós, no Brasil, graças a Deus, não vivemos aquele clima de exaltação ideológica que hoje não pode orientar mais governos que querem realizar o bem comum. E nós notamos isso na Europa. Vi-



FRANCO MONTORO

sitei países da Cortina de Ferro e constatei a presença de empresas multinacionais. Isso, há alguns anos, seria uma heresia, um absurdo e se Marx estivesse vivo hoje, talvez tivesse um colapso verificando que justamente o capitalismo estava intervindo nas nações de economia socialista. Então o problema deve ser analisado pragmaticamente, sem preconceitos, sem exaltação, e nós entendemos que o Governo brasileiro tem agido assim.

Evidentemente que, na primeira fase da Revolução de 64, este País estava num verdadeiro caos econômico. O Governo brasileiro e a Revolução tiveram de fazer uma opção. Precisavam da colaboração do capital estrangeiro — evidentemente que houve certas facilidades — o caminho tinha de ser escolhido e o caminho foi escolhido.

Entendemos, entretanto, que entramos numa segunda fase, que essa colaboração que o Governo Revolucionário trouxe foi uma colaboração positiva. Entretanto, o próprio Governo já apontou à Nação que a próxima ação do Governo da Revolução vai ser justamente a de procurar atender para a presença e a ação das empresas multinacionais. Portanto, quero, sinceramente, tranquilizar os colegas da Oposição dizendo que eles podem confiar no patriotismo dos dirigentes deste País. A revolução está sendo coerente, está sendo lógica, está agindo de forma inteligente, de uma forma pragmática.

Não podemos ignorar que a empresa multinacional é uma criação da inteligência do homem.

Como todas as criações da inteligência do homem, poderá dirigir-se para o bem ou para o mal. Não é só a empresa multinacional. Qualquer objeto que se cria, que seja fruto da inteligência do homem, pode ser empregado para o bem e para o mal. Por isso, nosso Presidente Ernesto Geisel foi muito claro, e a observação dele foi até filosófica.

Ele disse que a empresa multinacional deveria ser encarada como um bem e como um mal. Evidentemente. Isto, como o nobre conferencista esclareceu muito bem, vai depender exatamente do Brasil, dos nossos dirigentes, da inteligência desta Nação.

Nossa pergunta, então, é a seguinte: não seria urgente que se aprovasse, vamos dizer, um estatuto, no Brasil, para disciplinar a ação dessas empresas? Quer dizer uma legislação orgânica. E, para esclarecer melhor a pergunta, faria uma outra paralela: existe, na opinião uma legislação orgânica, atualmente, que dê condições ao Governo para fazer este controle?

As multinacionais nas economias socialistas

T.A.S.: Prezado Deputado Amaral de Souza, inicialmente, quanto à refe-

rência a que países socialistas têm admitido empresas multinacionais, podemos indicar os dois últimos casos, que foram o do Chase Manhattan Bank, e do City Bank.

O Chase, numa visita de David Rockefeller a Moscou, obteve autorização para abrir uma agência do seu banco naquela cidade, e o City Bank também abrirá uma agência na Rússia. Mas o que é importante salientar é que, nos países socialistas, a entrada de empresas multinacionais se faz dentro de critérios que interessam ao programa do Governo. Quer dizer, elas não escolhem o setor de atuação de acordo apenas com seus interesses. Elas se ajustam aos interesses do Governo. É como o caso que está em estudo — não se sabe ainda qual a solução — o da exploração do gás da Sibéria. Quer dizer, há duas correntes: uma que acha possível a admissão de capitais norte-americanos e outra que não. Mas qualquer que seja a solução, eles vão procurar aquela que interessa mais à comunidade.

Isto é que acho importante. Não é fechar a porta, não. Mas também não é abrir para qualquer um.

Agora, quanto à afirmação dessa atitude de Oposição e Governo, não falo nem pela Oposição, nem pelo Governo. Falo como técnico.

Queria apenas salientar, o seguinte: acho que aí não há nem Oposição, nem Governo. O interesse é o mesmo, porque estamos na mesma comunidade, quer dizer, a diferença pode ser ideológica, o conceito pode dar lugar a soluções diversas mas, na verdade, quando se defende uma tese, esta-se procurando encontrar a verdade. E a verdade pode se encontrar na palavra do Líder do Governo ou do Líder da Oposição.

No caso da empresa multinacional, salientei o seguinte: essa verdade está sendo procurada com tanto esforço por setores, os mais diversos. Inclusive dentro do próprio país, por setores com posições diferentes.

Expansão geográfica da economia brasileira

Mencionei caso brasileiro, de que tínhamos a "pequena" e a "média" em empresas preocupadas, a grande brasileira também preocupada, a empresa pública nacional atuando como multinacional.

Portanto, nós mesmos temos empresas públicas brasileiras multinacionais. Assim, se fôssemos contra as empresas multinacionais, seríamos contra a atuação da PETROBRAS, no campo internacional — que ninguém é —, seríamos contra o Banco do Brasil, que tem possibilitado ao empresariado privado brasi-

leiro a aumentar o seu campo de atuação.

E agora, também, alguns bancos brasileiros estão autorizados a atuar no exterior. Já há bancos brasileiros com pedidos para Assunção, no Paraguai, alguns já estão em Buenos Aires, outros pediram para Bogotá e Caracas. Portanto, estamos também num processo de desenvolvimento que reclama a internacionalização da nossa economia.

Não vamos, assim, defender teoricamente, uma posição apaixonadamente, uma posição que acaba sendo contrária aos nossos próprios interesses.

Penso ter respondido à pergunta. Acredito que um estatuto legal das empresas multinacionais poderia ser elaborado.

O próprio Conselho interamericano de Comércio e Produção, CICTP, elaborou-o numa reunião, em Caracas.

A empresa só é considerada empresa multinacional latino-americana quando houver o controle de empresários latino-americanos. Quer dizer, a roupa-gem latino-americana não é o fato apenas de ser capitais diferentes da área. Não. Tem de ser o controle majoritário de capitais realmente latino-americanos, e não extrazonais.

Isso foi aprovado. O texto que vou anexar representa, portanto, um esboço de um projeto que considero bem feito, porque parte de alguns princípios que se ajustam, na minha opinião pessoal, aos interesses do Brasil.

A grande dificuldade, a meu ver, reside no seguinte aspecto: não basta existir um estatuto. O importante é que haja o poder político de decisão no sentido de resguardar aqueles princípios que se quer defender.

Desigualdade na obtenção do crédito

Vou dar um exemplo prático. A Lei de Mercado de Capitais, aprovada pelo Congresso Nacional, segundo minuta apresentada pelo Governo, tem um artigo que diz o seguinte:

"Nos momentos de desequilíbrio do balanço de pagamentos ou quando o acesso ao mercado financeiro e de capitais for exagerado, pode o Governo intervir e limitar o acesso das empresas..."

Acontece o seguinte: não sei quem apresentou uma sugestão, que a meu ver invalida este dispositivo. Essa pessoa — a quem não conheço, apesar de ter procurado nos Anais da Câmara não consegui identificar — mudou uma palavra que invalidou totalmente este artigo.

Aliás, isso eu relatei em conferência na Escola Superior de Guerra. Foi mudada a seguinte palavra:

"Esse acesso não poderá ser..." — Está lá no texto original — "superior" a... Para poder limitar. Então, mudaram a palavra, de "superior" para "inferior".

O que ocorreu? A empresa estrangeira tem o mínimo, mas a empresa privada brasileira não o tem. Mudou-se apenas uma palavra, inteligentemente. Mas inteligência aí para o mal, no nosso caso. Está na Lei nº 4728, de 14/7/1965: "Não poderá ser inferior a..."

Então tem o mínimo. E nós? Nós não o temos.

Acho importante que haja realmente esse poder de controle, como se fez agora quanto aos 40% de limite para aplicação de captação de recursos externos.

Quais as empresas que têm mais facilidade nos momentos em que há mais demanda de crédito?

São as empresas estrangeiras. Então, neste momento, a empresa privada brasileira fica desprovida de qualquer possibilidade de acesso a crédito.

Neste campo também deve haver uma certa atuação do Governo. No começo do Governo Costa e Silva, o Banco Central baixou uma resolução, pouco lida e pouco conhecida, que diz o seguinte:

"É obrigatória a aplicação de pelo menos 50% dos empréstimos para as empresas privadas brasileiras".

Agora, eu pergunto: quem controla a aplicação desse dispositivo? Acho inclusive que deve ser comunicado ao público qual a posição, como se encontram esses 50% hoje.

São 40, 50 ou 80%? Nós podemos chegar às mais diversas conclusões. Quem sabe se hoje há realmente essa divisão de mercado de crédito? Quem sabe se é para mais ou para menos?

Seria talvez interessante que nos relatórios do Banco Central se desse conhecimento ao público de como se encontra esta situação. E o que é mais importante: se nos momentos difíceis esse percentual for quebrado? Porque é claro que, na época em que há mais crédito do que demanda, tanto faz ter 50 ou 40% — mas nos momentos difíceis é importante saber.

Esse percentual foi cumprido sempre ou só episodicamente? Como é controlado? Quem controla? Por que não se divulga? Por que não consta do relatório do Banco Central uma afirmação? E agora, nesse próximo trimestre, como é que se vai processar esse acesso ao crédito para o setor privado?

O problema da legislação

Acho o problema do maior alcance prático. Não é problema teórico; é problema prático. Porque, no momento em que a empresa não tem acesso ao crédito, ela tem prejuízo, pois vai comprar matéria-prima mais cara ou não vai comprar; terá prejuízo porque vai pagar imposto com atraso, correção monetária, e tem inclusive um desequilíbrio que acaba por perturbar não só o processo de desenvolvimento, mas até muitas vezes leva a empresa ao desespero de uma concorrência predatória.

Ora, chega a empresa estrangeira, com melhor possibilidade de acesso ao crédito, com maior liquidez, e leva a maior fatia do bolo.

De maneira que acredito que seria um tema também importante a ser ventilado é que constasse do relatório do Banco Central, do seu Boletim, essa posição.

Defendo a tese de que os temas de interesse público devem ser discutidos publicamente e fazer, como ocorre nos grandes centros financeiros internacionais, o jogo da verdade: publicam tudo o que acontece em relação à economia do País. Não há nenhum dado que deva ser sonegado à opinião pública, a não ser que esse dado contrarie o que se está dizendo: quando se diz uma coisa e a realidade é outra.

Aí sim, eu compreendo que alguns países, pouco importa quais sejam, muitas vezes manipulem os dados do custo de vida para criar ambiente psicológico mais favorável e então criam um clima de expectativa, gerando muitas vezes uma frustração muito grande. Então se busca, se persegue uma solução ideal, em número que se escolhe, e esse número não tem assento na realidade.

Isto é adotado, por vários países. E quem já viajou sabe que, conversando com empresários e com os técnicos, dificilmente há duas posições iguais.

Lembre-me que a última vez que estive com o Ex-Presidente do Banco Central do Chile ao tempo de Allende, ele me deu um percentual sobre a inflação, que eu conferi imediatamente com seu assessor, que não ouviu, e já estava diferente.

Então o Presidente tinha um dado, o assessor tinha outro e o empresário, que estava sofrendo, tinha um outro. De maneira que essas manipulações hoje já são tão normais que o economista deve ter um pouco de pudor e numa conferência ficar dentro dos dados oficiais e então tem de usar "mais ou menos", "aproximadamente", "em torno de", "cerca de".

"Cerca de" significa que se está

sempre perto, sempre próximo de alguma coisa. . ."

Arnaldo de Souza: Quer dizer que no Brasil, atualmente, nós não temos essa legislação, porque é preciso também ação política. Mas também é preciso de uma legislação, quer dizer, normas que o Poder Público impõe. Então a nossa preocupação é justamente de que exista neste País, principalmente nesta fase, com 10 anos da Revolução, que o Capital Estrangeiro ingressou neste país, a nossa preocupação — e aqui V. Sa. disse muito bem que não se trata de Oposição ou de Governo — somos todos brasileiros e queremos o mesmo objetivo.

Pode ficar tranqüilo que nesta Casa nós debatemos assim os problemas. Quando chega o interesse nacional, desaparece a posição MDB, desaparece a posição ARENA.

T.A.S.: Estou tranqüilo. Agora, quem não pode estar tranqüilo é o senhor, porque está contrariando o que disse o Ministro Reis Veloso e o que disse o Ministro Delfim Netto: que todos os controles existem. E na conferência que fez na Escola de Guerra Naval — e depois publicou, o Ministro Reis Veloso disse que já existem os controles fiscais e cambiais e que o Estado está armado para o controle mais rigoroso, o mais criterioso, o mais racional. Portanto, posso ficar tranqüilo. Agora, não sei se o senhor vai ficar tranqüilo. . .

Minha pergunta: no seu entender existe uma legislação? Se não existe, é necessária? Isso é que interessa saber.

O que o Ministro Reis Veloso disse é naturalmente da responsabilidade dele.

T.A.S.: O que existe no país é uma legislação fiscal, uma legislação cambial de estímulos e com alguns controles. Agora, dentro dos critérios que nós estamos defendendo, que é o da seletividade, que é procurar ajustar a empresa aos ideais e ao programa do Governo, isto é um problema de decisão política. Não basta existir a Lei.

A.S.: Quer dizer que a lei não existe.

T.A.S.: Existe uma legislação cambial e fiscal que pode ser também utilizada, inclusive no aspecto seletivo. Se eu coloco numa sala 10 empresários, inclusive estrangeiros, e digo: "Esta é a posição do Governo; os srs. têm duas soluções: seguir este critério ou então os srs. têm a possibilidade de ter a sua atuação em outra área. Mas aqui em nosso país esse é o nosso critério".

Na prática, a conversa não vai ser assim tão dura, pois através de processo indutivo e do diálogo (já que há diálogo com o empresário privado, que normalmente é conhecido como dócil às sugestões emanadas do Poder Público) será alcançado o objetivo perseguido.

A.S.: Quer dizer, então, que existe a legislação com certos mecanismos?

T.A.S.: Principalmente o mecanismo fiscal, o mecanismo cambial e também os próprios Ministérios, onde correm os processos de interesse das empresas; também são instrumentos que podem levar a empresa a esse, ou aquele caminho.

A.S.: Mas, na opinião de V. Sa., evidentemente, é necessário que se melhore, que se introduzam novas normas, que haja um aperfeiçoamento.

T.A.S.: Mais importante do que isto: que haja a decisão de orientar.

A.S.: Certo. A decisão política de colocar em execução os instrumentos legais, porque muitos já existem.

A ONU e as multinacionais

T.A.S.: Sim, é um problema de decisão política, o Governo é que vai julgar se e quando for conveniente. Se for na base da liberalidade, tudo é possível. Por isso é que eu acho difícil se encontrar solução, porque cada Governo é que tem de dar a sua orientação. Ou o liberalismo a outrance, que, não existe mais, ou então uma intervenção do Estado no poder econômico que está, hoje, em todas as Constituições qualquer que seja o conteúdo político do regime.

A.S.: E claro, o Estado moderno tem característica intervencionista. Lemos na imprensa e, inclusive, o senhor declarou, que existe preocupação por parte da Organização das Nações Unidas.

Não acha que este seria problema até prioritário, com o qual a ONU deveria se preocupar e deveria, até, tentar — é difícil, eu sei — normas que sabemos seriam difíceis porque são de direito internacional, não têm aquela obrigatoriedade. Mas não entende o senhor que é um problema que a ONU deveria debater, considerando, até prioritário, porque as empresas multinacionais são verdadeiras nações econômicas.

São muito mais fortes do que muitos Estados soberanos e independentes, pelo menos teoricamente.

Então, entendemos e perguntamos ao ilustre conferencista se não seria um tema assim de tal relevância que deveria, inclusive, ter prioridade por parte da Organização das Nações Unidas, porque todos aqui estão concordes, ilustre Professor, em que a empresa multinacio-

nal é o instrumento adequado, válido para o progresso da humanidade mas, também, pode ser o instrumento negativo para o desenvolvimento de uma nação.

Assim, o problema atinge já o âmbito internacional, porque diz respeito a todas as nações, é tema eminentemente — a empresa multinacional — de debate, num organismo como a ONU. A minha pergunta é esta.

O lucro e o governo

A ONU está tão preocupada com o problema que o Secretário Geral nomeou uma comissão de vinte peritos que se reuniram em Nova Iorque na semana passada. Houve uma reunião no dia 1º de novembro, em Genebra e em janeiro de 1974. Nova reunião em Nova Iorque em março, para redação final do texto sobre empresas multinacionais.

O problema, porém, é o seguinte: a ONU também está procurando elaborar uma Lei Orgânica das empresas multinacionais, a título de sugestão. É um estudo de direito comparado. Acredito muito difícil que tenham na prática qualquer validade os estudos da ONU. Vão ter efeito doutrinário, teórico, exame do problema para o técnico, também vai ser análise interessante, porque os países vão se manifestar, através de relatórios, mas será, apenas, a título de recomendação porque no campo internacional os interesses do lucro se sobrepõe aos interesses dos próprios Governos. Portanto, o que a ONU vai poder fazer é uma recomendação, mas, de qualquer maneira, essa tentativa da ONU representa o despertar da consciência internacional em torno de um problema que é sério.

A própria ONU está dando aos países a sua preocupação e acredito que transferindo portanto, aos poderes executivos e legislativos também a possibilidade de examinar o seu relatório e concluir de acordo ou contrariamente. Mas acho que, sob o aspecto normativo, vai ser muito difícil e vai ser a título de recomendação. Acho uma posição válida, embora, na prática, de menor efeito.

A.C.: Acho que esse problema é nosso, de cada país. Cada um é que tem de criar a sua consciência em defesa do seu patrimônio. Se nós formos esperar pela ONU...

Eu tinha um professor de Direito Internacional que tinha uma frase, um termo político a respeito da ONU: "é uma organização tal que, quando há conflito entre dois países pequenos, ela tem possibilidade de resolver; quando há conflito entre um país pequeno e um grande, pode desaparecer o pequeno; mas quando houver um conflito entre dois grandes, corre-se o risco de ver desaparecer a ONU".

Quer dizer, é um instrumento com recomendações válidas, como norma.

T.A.S.: Eu acho, como disse, que vale a pena como subsídio doutrinário. Mas, o que temos de defender é o nosso interesse. Quer dizer, sentarmos a uma mesa e verificarmos qual a posição que podemos aceitar, também, sem paixões, porque o problema é totalmente prático. O que está em jogo aí são interesses externos e internos. É um jogo totalmente comercial e em torno disso o comércio exterior.

Hoje estamos, no mundo inteiro, procurando a mesma coisa. Todo mundo quer vender o máximo e comprar o menos possível, mas todos sabem que o comércio exterior é hoje uma rua de mão e contramão. O que se tem de procurar é evitar o choque. Mas os países perseguem o mesmo objetivo.

O Brasil não pode e não deve deixar de se preocupar com esse problema e procurar soluções práticas, não teóricas, não de caráter ideológico, porque aí o problema é totalmente vinculado aos interesses da comunidade. Então é um problema de decisão política. Cabe a cada Governo se orientar e cabe, também, por parte da Oposição, dar armas e instrumentos ao Governo para se orientar melhor.

Theódulo de Albuquerque: Apenas duas perguntas. **Primeira:** sabe-se que os custos anuais de administração dos depósitos por parte dos bancos variam entre 15 e 18% e que é intranquilizador, também os custos das nossas indústrias é muito alto. Pergunta-se: as empresas multinacionais, inclusive os bancos, de que forma se colocam diante desses nossos custos internos, sobretudo da extraordinária captação gerencial das partes representativas dos países desenvolvidos?

Segunda: Ao abordar o aspecto da bidistribuição o conferencista enfatiza a preocupação das empresas internacionais e multinacionais, aliando uma série de variáveis para avaliar os lucros e consequentemente diminuir a tributação. Pergunta-se: sendo legítima a remuneração do capital investido e sendo, porém, criminosa a sonegação, de que forma pode o Governo controlar os decréscimos artificiais de lucros para efeito de garantir para si os níveis corretos de tributação dos lucros auferidos por essas empresas?

O preço do Nordeste

T.A.S.: Agradeço ao Deputado Theódulo de Albuquerque e aproveito a oportunidade, já que é Deputado da Bahia, para lembrar uma afirmação, que foi feita no decorrer dos debates, sobre o problema de indústrias localizadas no Nordeste. Acredito que um dos graves problemas das empresas privadas brasileiras localizadas no Nordeste está na captação dos incentivos fiscais, que se faz de uma maneira criminosa, enquanto que a empresa estrangeira se instala no Nordeste com todas as facilidades, com um custo baixíssimo e, muitas vezes, com aplicações diretas por um simples telefonema.

As empresas brasileiras do Nordeste têm um processo oneroso de captação. As comissões muitas vezes inutilizam completamente a viabilidade da empresa, nos casos de 30 a 40%. Cito o caso do ex-Deputado Federal que perdeu uma empresa de exploração agrícola, de grande sucesso, exatamente porque o que ele pagou de captação de recursos inutilizou qualquer viabilidade econômica do empreendimento. De maneira que já teria chegado o momento de o Nordeste terminar com esse problema e criar um fundo de incentivos fiscais que seriam coletados e aplicados por instituições financeiras.

Seria, portanto, a um custo muito baixo e de uma técnica muito melhor. Mas, quanto ao custo do dinheiro?

De acordo com os dados do Banco Central, esse custo tem diminuído. Os bancos têm feito um esforço de mecanização que vem permitindo redução dos custos. Por outro lado, como os depósitos têm crescido, também, à medida em que a agência amplia a captação de depósitos, o seu custo se reduz. O processo de fusões e incorporações, ao contrário do que se tem dito, nem sempre reduz o custo.

Fusões bancárias

Alguns economistas defendem até a tese de que a economia de escala no setor bancário não se faz através de fusões e incorporações. Pelo contrário, no primeiro estágio um banco que incorpora o outro tem até aumentado o seu custo operacional em decorrência de indenizações, de ágios e, ainda, das instalações, porque, se o banco tem 3 ou 4 instalações, o problema de transferência representa-

ria um custo adicional para esse banco que está em processo de fusão. Mas o custo do dinheiro no Brasil, como o Deputado sabe, tem sido reduzido na base de Resoluções do Conselho Monetário Nacional. E hoje ele se aproxima das taxas internacionais, pois temos vários tipos de taxas no mercado de crédito. Temos, por exemplo, no mercado de financiamento de exportações uma taxa de 8% ao ano. Então, qualquer industrial brasileiro que tomar dinheiro emprestado para exportar, paga 8% de juros ao ano.

No caso do setor agrícola, as taxas são totalmente subsidiadas. No caso da pequena ou média empresa, há também taxas especiais, oriundas de resoluções, que procuram fortalecê-las. Portanto, esse custo tem acompanhado, na verdade, a inflação. O grande problema é: à medida em que a inflação vai sendo contida esses custos têm que acompanhar a redução da taxa.

Mas aí há solução, só em dois caminhos: Ou o Banco reduz o seu custo, e, nesse caso, pode reduzir a sua taxa de juros, ou não tem condição, e, então, terá que transferir sua carta-patente para outro grupo bancário.

Portanto, acredito que essa redução da taxa de juros vai continuar acompanhando a redução da taxa de inflação, porque, ao contrário, se o Governo reduzir a taxa de juros e não tiver êxito na redução da taxa inflacionária, ele estará estimulando a demanda, é claro.

Portanto, o que deve haver é uma redução paralela, isto é, que a redução da taxa e juros seja paralela à redução da taxa inflacionária.

Sonegação

Quanto ao problema de artifícios, de sub e superfaturamento, também consegui coletar alguns dados neste aspecto, e verifico o seguinte: é um problema tipicamente de controle das autoridades alfandegárias e das autoridades monetárias.

Quer dizer, há forma de se conseguir saber se dentro desse preço foi ou não embutido algo a mais ou a menos, para prejudicar o Governo.

Há vários casos de sub e superfaturamento que já foram até julgados pelo Tribunal Federal de Recursos. Mas, de qualquer modo, o Governo tem instru-

mental em mãos, principalmente porque a CACEX, hoje, já possui estrutura técnica que possibilita a coleta de dados, de tal forma que qualifica melhor a mercadoria que é importada ou que será exportada. De modo que o Governo está armado; basta que se utilize bem desses instrumentos. É como o revólver: se alguém tem um revólver mas não sabe atirar quando quer, não adianta ter o revólver, ou se tem medo de atirar, é outro problema.

Mas, existe uma estrutura fiscal, capaz de indicar os casos de sub e superfaturamento. A própria jurisprudência — em alguns casos que obtive e vou anexar à minha exposição — demonstra claramente o poder que tem o Governo de verificar em cada caso se há ou não. E quase sempre esses casos são mais ou menos conhecidos do mercado. É sempre um problema internacional que provoca, ou muitas vezes um desejo de transferir um lucro que não pode ser transferido. Mas, hoje, com as relações internacionais que se fazem tão rapidamente, e com a coleta de dados através da computação eletrônica e das informações das agências bancárias no exterior, esses dados podem ser apurados com técnica e rapidez.

Bitributação

O Brasil tem firmado diversos acordos internacionais para evitar a bitributação em matéria de lucro, juros e royalties. No entender do Conferencista, esses acordos internacionais atendem tão-somente aos interesses das empresas multinacionais, ou têm também interesse para os Estados signatários? Casos os Estados signatários tenham interesse indicar qual esse interesse.

T.A.S.: Esses acordos têm sido feitos com a França, Alemanha, Japão e outros países; quase sempre estão baseados na necessidade de conciliar interesses que, no momento, não sejam antagônicos, isto é, do Brasil com a Alemanha ou com a França. Dizer que sempre eles atendem apenas às empresas multinacionais é uma afirmação um pouco difícil. Também o contrário: dizer que eles sempre atendem apenas às empresas privadas brasileiras igualmente não.

Acredito que, quando o Governo firma o acordo, é dentro de seu interesse,

e esse interesse engloba a empresa pública, a multinacional e a empresa privada brasileira. Quer dizer, o Governo nunca faz um acordo internacional pensando numa parte apenas do setor da economia. Há casos em que o Estado tem interesse em indicar qual. Normalmente, os casos principais são para facilitar o intercâmbio comercial entre os dois países. Então, é facilitar a troca, o comércio externo. No fundo, a razão principal desse acordo é uma melhoria do relacionamento comercial internacional entre os dois países.

Agora, também sustento a tese de que esses acordos deviam ser publicados e divulgados amplamente. Fazer um acordo e sonegá-lo à opinião pública, acho que é um mal. A primeira coisa que se deveria fazer era publicar e dar ampla divulgação e explicação sobre as vantagens e desvantagens, porque — e volto àquela minha tese — tudo o que é de interesse público deve ser debatido publicamente. E inclusive dar condições ao Congresso Nacional de oferecer, às vezes, até uma sugestão. É o que se faz sempre no sistema empresarial, ou seja, dividir o poder de decisão, que quanto mais se concentra, mais se têm chances de errar.

Projeto

FM: Finalmente, uma solicitação que faço ao conferencista. O senhor nos fez referência a um projeto sobre a disciplina desses investimentos elaborados no plano latino-americano, e se dispôs a nos fornecer uma cópia. Eu perguntaria: haveria possibilidade de, com a sua experiência, realizar uma adaptação disto à realidade brasileira e nos oferecer?

A minha sugestão seria uma conclusão prática do Seminário, que eu levaria à Comissão Executiva. Se ela aprovasse — e penso que aprovará — promoveria um debate para a elaboração, a fim de ser oferecido depois ao Senado e à Câmara, como um projeto a partir de um estudo técnico, objetivo, feito como foram os debates aqui, acima de visões partidárias, tendo em vista, acima de tudo, o interesse nacional. Seria uma conclusão prática, que eu penso ser da maior importância, o estudo de uma lei disciplinando a atuação.

REINVENTAR

O FUTURO

O crescimento não

atenua a pobreza,

ele a mantém

MICHEL BOSQUET

"Um certo tipo de crescimento chega ao fim. É preciso juntos inventarmos um outro." É Valéry Giscard d'Estaing quem diz isso. Poderia ser sido qualquer um de seus opositores ou adversários. Mas que outro crescimento? Com que finalidade? Para fazer o quê? Perguntas acessórias: a evidência está em que é preciso crescer e que, fora da expansão, não há salvação. E se isso for falso? Se não houver também salvação no crescimento? Se, sem uma alteração total das instituições, das técnicas e dos comportamentos atuais, o crescimento trouxesse não o "melhor" que ele promete, mas frustrações cada vez mais insuportáveis, danos e opressões cada vez mais ferríveis?

É preciso mudar de crescimento ou mudar o que é produzido, o modo de produzir, a definição das necessidades, a maneira de satisfazê-las, o modo de produção e o modo de vida?

UM DUPLO ERRO

Eis as perguntas que frontalmente atacam dois livros que acabam de apare-

cer: *La Convivialité*, de Ivan Illich (1), e *L'Antiéconomique*, de Jacques Attali e Marc Guillaume (2). Illich é um católico subversivo que olha as sociedades industrializadas com alguns séculos de recuo; Jacques Attali e Marc Guillaume são professores de economia na Politécnica, que

mostram a que ponto a pretensa "ciência econômica" é modelada por *a priori* ideológicos, por escolhas políticas, por postulados antropológicos

Indefensáveis, e a que ponto a teoria deve ser renovada. Apesar da profunda diferença de objeto e de desenvolvimento, as duas obras coincidem num conjunto de pontos essenciais, a começar por estes:

◆ 1.º "O argumento segundo o qual o crescimento reduz as desigualdades é uma trapaça intelectual sem fundamento." (Attali e Guillaume).

◆ 2.º "Um bom número de necessidades são criadas e sustentadas pelo sistema"; é, portanto, incorreto pretender justificá-lo pelo fato de "que ele assegura da melhor forma a satisfação das necessidades que cria." (Attali e Guillaume).

Começamos pelo primeiro ponto. Em 1962, os 10% mais ricos da população francesa tinham uma renda setenta e seis vezes (1) Ivan Illich, *La Convivialité*, Le Seuil, 1973, 160 p., 18 F (2) Jacques Attali e Marc Guillaume, *L'Antiéconômique*, P.U.F., 1974, 240 p., 35F. (76 vezes!) mais elevada que os 10% mais pobres. A título de comparação, este coeficiente de desigualdade era de 10 na Tchecoslováquia, de 15 na Grã-Bretanha, de 20,5 na Alemanha e de 29 nos Estados Unidos. Dez anos mais tarde, a produção industrial francesa tinha duplicado, mas o coeficiente de desigualdade não tinha praticamente mudado e era o mesmo de 29 nos Estados Unidos.

Ou bem melhor: na França, como nos Estados Unidos, o grosso (mais da metade) dos bens e serviços era e é produzido pelos 20% mais abastados da população. Melhor dizendo, ainda, o privilégio dos ricos e a pobreza dos pobres permaneceram inmutáveis.

Ouçõ objeções que se difundem:

.... "Mas os pobres vivem melhor do que há dez anos"; "Consumem mais, são, portanto, menos pobres". Erro, duplo erro. Pois:

◆ 1.º Se é verdadeiro que os pobres consomem mais bens e serviços de mercado, não se deve concluir que vivam melhor.

◆ 2.º Mesmo supondo que vivam melhor, não se deve concluir que sejam menos pobres.

Vejamos de mais perto esses dois pontos.

1 Consumir mais, isto é, dispor de maior quantidade de bens de consumo, não significa necessariamente uma melhoria. Isto pode simplesmente significar que é preciso pagar, daqui por diante, o que antes era gratuito; ou ainda, que é preciso gastar muito mais (em moeda estável) para compensar, bem ou mal, a degradação geral do meio de vida. Os cidadãos vivem melhor porque consomem uma quantidade crescente de transportes, individuais e coletivos, para o ir e vir entre o local de trabalho e o subúrbio-dormitório, cada vez mais longe? Vivem melhor porque substituem de cinco ou de seis em seis anos os lençóis que, antigamente, duravam mais de uma geração? Ou porque, em lugar de uma água de torneira, que se tornou repugnante, eles compram cada vez mais a água dita mineral? Vivem melhor porque consomem mais combustível para aquecer alojamentos cada vez menos aquecidos? São menos pobres porque substituíram a frequência ao café da esquina e ao cinema do bairro — ambos em vias de desaparecimento — pela compra de uma televisão e de um carro que lhe oferecem evasões imaginárias e solitárias fora do seu deserto de asfalto?

Há muito tempo, economistas como Ezra Mishan (desconhecido na França) estabeleceram que, por não terem considerado as destruições que ele acarreta (danos, poluições, decomposição das relações inter-humanas), o crescimento significa cada vez mais uma degradação e não uma melhoria; seu "custo é superior às vantagens que dele se retira" (Attali e Guillaume).

Ou, como diz Illich "os drogados do crescimento estão prontos a pagar cada vez, mais caro para gozar cada vez menos". A difusão massiva de veículos rápidos provocou o efeito de aumentar as distâncias mais rapidamente ainda que a velocidade veicular, de obrigar todo mundo a dedicar mais tempo e dinheiro, espaço e energia à circulação. "É a grande luta entre a indústria da velocidade e as outras para saber quem vai despojar o homem da parte de humanidade que lhe resta."

OS "GADGETS" NO MUSEU

"Não se pode atribuir ao crescimento do consumo a finalidade de aumentar o bem-estar da coletividade. As teses a favor de um crescimento reorientado não são aceitáveis, sem uma reorientação radical." (Attali e Guillaume).

2 Eu sei: o equipamento eletrodoméstico "democratizou-se", não é mais, como há quarenta anos, privilégio da elite. A mesma coisa ocorre com o consumo de carnes, de conservas, de carros, de férias... Deve-se concluir que os operários, por exemplo, são menos pobres? Faça a pergunta a velhos operários. Eles lhe dirão que, em 1936, com sua quinzena salarial, marido e mulher podiam sair nas férias de bicicleta, hospedar-se e comer no hotel durante duas semanas e ainda lhes sobrava dinheiro na volta. Hoje, para ganhar suas férias num hotel e de carro, o homem e a mulher devem trabalhar e economizar, não há mais tempo para cozinhar e para as compras; é preciso, pois, uma geladeira, conservas, assados e horas suplementares para pagar tudo isso. É esta, então, a "qualidade de vida" trazida pelos aparelhos eletrodomésticos?

Resposta de uma leitora de "France Nouvelle": "Tudo é a princípio uma questão de lazer, de tempo de viver... Lutemos pelo tempo de trabalho de cinco ou seis horas por dia e gadgets elétricos poderão ser colocados no museu... Que é lavar a roupa de quatro pessoas, quando se chega em casa às 16 horas? Que são oito pratos, oito talheres, quando numa família, um de cada vez, se ocupa da limpeza da cozinha?"

Ainda assim, poderão dizer, o fato de que os operários possuem hoje "bens de conforto", reservados antigamente aos burgueses, os torna menos pobres. Mas, atenção: menos pobres que quem? Que os indianos ou os argelinos pobres? Que os operários de há cinquenta anos? A comparação é completamente abstrata, uma vez que a pobreza não é um dado objetivo e mensurável (diversamente da miséria, da subalimentação): é uma diferença, uma desigualdade, uma impossibilidade de ter acesso àquilo que a sociedade define como "bem" e "bom", uma exclusão do modo de vi-

da dominante; e este modo de vida dominante não é jamais o da maioria, mas dos 20% mais abastados da população, que dão o tom pelos seus consumos privilegiados e de ostentação. Numa sociedade em que todos fossem pobres, ninguém o seria. O que faz os pobres é um ínfimo bem-estar em relação a uma norma sócio-cultural que orienta e estimula os desejos.

A MANUTENÇÃO DA DESIGUALDADE

Uma pessoa é pobre no Peru, quando anda descalço, na China, quando não tem bicicleta, na França quando não pode comprar um automóvel. Nos anos 1930, uma pessoa era pobre quando não podia comprar um aparelho de rádio; nos anos 1960, quando devia privar-se de uma televisão; nos anos 1970 torna-se pobre, quando lhe falta uma televisão a cor, etc. Como o diz Illich, "a pobreza moderniza: seu limite monetário se eleva, porque novos produtos industriais são apresentados como bens de primeira necessidade, permanecendo completamente fora do alcance da grande maioria". A massa "paga cada vez mais caro por um "menos-estar crescente".

* Neologismo no original (moins-être).

Efetivamente, assim que a massa tem acesso a um tipo de produto, este está desvalorizado. Ora, como no caso do automóvel, ele é desvalorizado pelo único motivo por que a maioria das pessoas dele se servem: o carro perde seu valor de uso, torna-se um entrave à circulação e à comunicação das pessoas. A minoria privilegiada então volta-se para novos transportes de luxo (trens especiais, aviões, taxis, carros de aluguel). Ora, sem que o produto popularizado nada tenha perdido de seu valor de uso, a indústria desvaloriza, lançando um produto "melhor", ela "cria mais necessidades do que as pode satisfazer" e exacerba as frustrações. "A taxa de crescimento da frustração excede de muito a da produção." (Illich). Pois "se o que é novo é melhor, o que é velho não é

bom... A lógica do "sempre melhor" substitui a do bem como elemento estruturante da ação".

Em suma, como mostram igualmente Attali e Guillaume, a partir de Baudrillard, a manutenção da desigualdade é a mola do crescimento: "O lançamento no mercado de um novo bem e sua compra pelos mais ricos frustram os mais pobres até que estes o adquiram... Existe, pois, uma dinâmica das classes sociais que faz o jogo dos produtores, cujo resultado é nulo em termos de melhoria do bem-estar e que explica, pelo menos em parte, o sustentáculo do crescimento pela demanda."

Os bens, em suma, não são mais desejados e comprados pelo seu valor de uso, mas por "suas funções simbólicas de status, de evasão, de comunicação" e o indivíduo é "preparado, educado" para desejá-los: o meio social "impõe-lhe" esse modo de expressão e de afirmação recusando-lhe "a possibilidade de um desabrochar pessoal no trabalho", ao "desviar seu desejo em desejo de consumo" (Attali e Guillaume).

Nesse ponto, entretanto, a análise de Illich é mais profunda que a de Baudrillard, em que Attali se inspira. O que é que permite, se pergunta Illich, "desviar" as necessidades e desejos e os desejos em desejos de consumo? Resposta: o fato de que para a satisfação de qualquer necessidade, o indivíduo foi primeiramente reduzido a depender de instituições e de instrumentos gigantes que escapam a seu controle e a seu domínio. Mesmo para ter o ar (despoluído) que respira, para a água (tratada ou engarrafada) que bebe, o sol (que a indústria turística lhe vende) e o repouso (que a indústria do espetáculo, do rádio e televisão procuram obter para ele), o indivíduo, depende dos "mega-instrumentos" de "mega-instituições" burocráticas e de mercado, dos quais não pode ser outra coisa senão o "cliente" subjugado, uniformizado, impotente, explorado e sempre insatisfeito.

O GIGANTISMO DOS INSTRUMENTOS

Tornado passivo, é levado a reclamar apenas uma "tomada de encargo"

mais completa e "melhor" de suas necessidades pelas mega-instituições dispensadoras de bens. Illich dirá que se é submetido ao "monopólio radical": "Um monopólio radical se estabelece, quando as pessoas abandonam sua capacidade inata de fazer o que podem fazer para si mesmas e para outras, em troca de alguma coisa "melhor", que só um instrumento dominante pode produzir para elas... Este domínio do instrumento instaura o consumo obrigatório", isto é, transforma o indivíduo em consumidor passivo "de uma produção de massa que só as grandes indústrias podem assegurar". Finalmente, mesmo "as necessidades mais elementares não podem ser mais satisfeitas fora do comércio".

Esse tipo de análise é perfeitamente aceitável e utilizável pelos marxistas: o que Illich descreve, nada mais é que a extensão das relações de mercado para todos os domínios da vida individual e social, e sua dominação pelos monopólios industriais, bancários e estatais. O que ele denuncia nada mais é que as relações de produção capitalistas, sustentadas pela divisão capitalista do trabalho: uma divisão de tarefas ao mesmo tempo técnica (parcelar) e social (hierárquica e desigual) que separa os produtores de seus meios de produção e de seus produtos, a fim de melhor subjugá-los às exigências do capital (à lei do patrão, à velocidade das máquinas). Quanto mais os meios de produção forem gigantes, melhor asseguram essa submissão, uma vez que são menos controláveis, domáveis e utilizáveis pelos operários que a eles estão subjugados e pela comunidade (cidade, região) onde estão implantados.

Que não se diga, sobretudo, que esse gigantismo dos "instrumentos" e a divisão do trabalho que a ele impõe são a consequência inevitável do "desenvolvimento das forças produtivas" e do progresso técnico-científico. O contrário foi demonstrado de forma decisiva por um universitário americano (3); e não só os padrões inteligentes, mas também os científicos um pouco imaginativos sabem que o gigantismo não é uma necessidade técnica, mas uma escolha política: as

unidades de produção médias (não mais de quinhentos operários) são mais eficazes, mais fecundas em invenções e inovações (a O.C.D.E. forneceu a prova estatística) e mais econômicas (menor desordem nos negócios, menos deseconomia externa, poluição, etc).

É por razões essencialmente políticas que o capitalismo não dá preferência às unidades médias: toda uma série de greves recentes mostram que essas unidades são facilmente tomadas pelos operários (Jaeger, Lip, Cerizay, etc.) e têm para o patrão este inconveniente suplementar: diferentemente das unidades gigantes, elas não lhe permitem dominar a política local e o mercado de trabalho local.

A IMAGEM DO PALHAÇO

A ciência e a tecnologia, longe de exigirem o gigantismo, geraram instrumentos gigantes, porque o capital demanda estes instrumentos e recusa os outros. Os moinhos de vento, por exemplo, como mostrou o grande historiador Marc Bloch, foram eliminados pela simples razão porque, estando o vento em toda a parte e ao alcance de todos, eles não permitem a monopolização. Ainda hoje (3) Stephen Marglin, in "Critique de la Division du Travail, Seuil, 1973, 300 p., 9 F. Os geradores eólicos (existem protótipos muito eficazes) e a domesticação da energia solar não interessam nem à indústria, nem aos bancos. E, mesmo no campo nuclear, o enriquecimento do urânio está confiado a monstruosas unidades de difusão gasosa; o método pela ultracentrifugação, tão eficaz em pequena escala, quanto em grande escala, não foi desenvolvido em nenhuma parte.

Em suma, como diz Illich, numa linguagem repentinamente marxista, "a estrutura das forças produtivas modifica as relações sociais", precisamente porque ela própria foi modificada, visando assegurar a dominação do capital sobre o trabalho.

A partir daí, os julgamentos de Illich e de Attali encontram-se de novo, sobre o que pode e o que não pode ser uma sociedade socialista.

Para Illich, "a possibilidade de adaptar os instrumentos anticonviviais (que manipulam e subjugam os

indivíduos) a uma sociedade socialista é extremamente reduzida... A apropriação pública dos meios de produção, pelo intermédio de um organismo central de planificação e de repartição, não transformará a estrutura anti-humana do instrumento. Quanto mais se atacar o truste Ford, pelo único motivo por que ele enriquece o Sr. Ford, mais se sustentará a ilusão de que as usinas Ford (que o fato de construir carros em cadeia) podem enriquecer a coletividade". Ora, "o conceito de de apropriação não se poderia aplicar a um instrumental incontrolável", isto é, a "mega-instrumentos" cujo controle exige uma maquinaria burocrática, hierarquizada, trituradora de homens e geradora de um centralização do poder. "É preciso escolher entre distribuir a milhões de pessoas, no mesmo instante, a imagem colorida de um palhaço que se agita na tela pequena, ou dar a cada grupo humano o poder de produzir e de distribuir seus próprios programas nos telecentros de televisão. Na primeira hipótese, a técnica é colocada a serviço da promoção do especialista, dirigida pelos burocratas... Mas a ciência pode também ser empregada para simplificar o instrumental, para tornar cada um capaz de dar forma a seu ambiente imediato, isto é, encher-se de sentido, enchendo o mundo de signos."

Paralelamente, Attali e Guillaume escrevem: "É preciso dar o poder àqueles que não o têm ou tentar retirá-lo de todos?... A idéia de autogestão parece ser, no momento, a única proposição nova disponível. Mas ela não basta para fundar um modelo global. Aprendizagem da democracia e do não-poder", ela pode escorregar em direção ao atual sistema industrial e suas contradições. Os operários da General Motors autogerada não seriam menos influentes que os atuais lobbies financeiros para o desenvolvimento do automóvel... A autonomia de empresas autogeradas sem modificação fundamental das relações sociais conduziria a uma espécie de capitalismo dos trabalhadores, que se acomodariam perfeitamente, bem ao modo de produção atual".

BACIA DAS ALMAS

AMANHÃ, QUERO
TODO MUNDO SEM
BIGODE AQUI NA
REDAÇÃO!



Opinião

O vetusto "Jornal do Brasil" acaba de mudar sua opinião com respeito à política portuguesa no ultramar. Aproveitando a ensanchar oportuna de ter mudado de opinião sobre o conflito do Oriente Médio, o "Jornal do Brasil" mudou também sobre Portugal e suas províncias africanas. Leiam este trecho

de um editorial do JB: "A melhor maneira de manter no Brasil sua tradicional e afetiva ligação com Portugal é, neste momento, fazer sentir ao Governo do Primeiro-Ministro Marcelo Caetano que sua intransigência política em relação à África envereda pelos caminhos do impasse."

Os partidos

Em Minas Gerais não se deu bola para a extinção dos antigos partidos políticos. Quem era UDN, é UDN até hoje. E quem era PSD, continua PSD. Tanto é verdade que o jornalista e analista político Carlos Castelo Branco, analisando a futura sucessão mineira, escreveu isto: "Bias Fortes e Monteiro de Castro, um do PSD, outro da UDN, são dois nomes à escolha do sr. Petrônio Portela ou do próprio comando do sistema, comporão os políticos mineiros para a sucessão." Perguntamos a Carlos Castelo Branco como era isso. E ele explicou: "A ARENA mineira é como um copo com água e azeite. Estão juntos, mas não se misturam."

A volta

A nova administração quer a volta de todos os embaixadores que estão agregados trabalhando em empresas privadas. A administração não é contrária à agregação por tempo indeterminado como está ocorrendo. Deverão voltar, portanto, aos quadros do Itamarati, os embaixadores Roberto Campos, Carlos Alfredo Bernardes, Renato Mendonça, Pio Corrêa e José Osvaldo de Meira Pena. Desde já se está sabendo que o sr. Roberto Campos irá para Londres.

Os chutes

O jornalista Zildo Dantas, de "A Notícia", tem lá suas observações filosóficas sobre a seleção brasileira. A nossa seleção depois de treinar duas ou três vezes não conse-

guiu marcar um gol. Por isso mesmo Zildo Dantas escreveu: "A Seleção Brasileira não está carecendo de chutes a gol, mas de bons finalizadores. Ele quis dizer que chutar, os rapazes estão chutando, sim. Mas todos os chutes estão indo no relógio do estádio."

Os gabinetes

Modificações na estrutura interna dos gabinetes no Palácio do Planalto. Os gabinetes do Ministro Golberri do Couto e Silva, do coronel Moraes Reço e do assessor de Imprensa do presidente são vasos comunicantes com o gabinete de Geisel. Os ocupantes dos três gabinetes citados não passam pelos corredores, entram diretamente na sala presidencial. Antigamente o gabinete do assessor de imprensa era quase no fundo do Palácio. Geisel simplificou.

O protesto

Um vendedor de imóveis, próspero, naturalmente, soube que uma das próximas novelas da Tv Globo seria baseada em sua vida profissional, imeditamente foi à alta direção da emissora e protestou. Negaram. Não era nada disso. Mas, assim mesmo, o personagem foi mudado. Não será mais vendedor de imóveis. Em tempo: o vendedor de imóveis tem uma verba alta na Tv.

Sanfona

O crítico, estudioso e observador da música popular brasileira, José Ramos Tinhorão, esculou um disco de Zé Paraíba (quem é Zé Paraíba?) e logo se apaixonou pela sanfona do Zé. Leiam o que escreveu Tinhorão, no comentário da gravação: "Não deixem de ouvir o Zé Paraíba, porque sanfoneiro é povo, e o povo é ainda o que temos de melhor".

Imitação

Comentário mais ou menos desgastante de um cidadão que observa muito o fu-

tebol, a respeito do sucesso que está fazendo, no momento, o garoto Zico, irmão de Edu, do América: "Esse menino está começando exatamente como começou o irmão, o Edu. Mas um dia vão lhe dar pau, como deram no Edu e ele acaba, como acabou o irmão."

O caderno

Fonte da indústria de papel, de São Paulo, revelou que a crise dos cadernos escolares tende a agravar-se, agora que se esgotaram os estoques ainda em poder da indústria e das lojas revendedoras. Comentário de um cidadão apavorado: "As coisas andam tão ruins, mesmo, que a gente não pode mais nem cantar aquele samba antigo do Ari Barroso..." E cantou: "Risque/Meu nome do seu Cadeeerrno". As moças não têm mais nem caderno.

A rebelião

O presidente totalitário de Uganda, general Idi Amin, esmagou uma revolta nas ruas de Kampala, a capital do país. Passada a refrega o valente general-presidente declarou: "Se vocês não estão satisfeitos com o meu governo deverão matar-me ou expulsar-me. O que não está certo é não deixar o povo dormir com esses tiroteios." E mandou matar uns tantos revoltosos.

O americano

O ator Paulo Celestino é torcedor do América. Ele deu uma entrevista culpando os dirigentes do clube. Diz Paulo Celestino que o time do América é ótimo, falta direção. Na verdade o ator Paulo Celestino faz parte da comunidade que torce pelo América. Estatísticas otimistas informam que existem na Guanabara pelo menos uns vinte e cinco torcedores do América, incluindo Silvio Caldas que não mora no Rio. Mais que o Botafogo, por exemplo, que só tem 18 torcedores.

BACIA DAS ALMAS



Apoio

O sr. Jean Marie du Havelange, presidente da CBD, chegou muito cansado de sua última viagem à Oropa, França e Bahia. Ele foi buscar votos para eleger-se presidente da Fifa. E na corrida, durante trinta dias, Havelange visitou 15 países, de mãos estendidas, pedindo voto. Pelo que nos disse JH, entre trinta e oito países árabes que jogam mau futebol mas têm voto na Fifa, trinta prometeram votar nele, Havelange. Também a Austrália, a Grécia e outros menos votados. O sr. Havelange é um homem predestinado a dar sua vida pelo esporte. Basta dizer que está há mais de 15 anos, na CBD, inteiramente sacrificado pelo esporte. É um sacrifício. Sem nenhuma vantagem...

O biquíni

Em Londres concedido o divórcio a Susan Russel, de 23 anos, de seu marido o engenheiro Paul Russel. Motivo: o engenheiro Russel não queria que sua mulher usasse os minúsculos biquínis Paul confiscou todos os biquínis de Susan, guardou-os num armário e levou a chave. A jovem era obrigada a usar, por baixo da roupa, um lon-

go calção elástico. Susan pediu divórcio e o juiz Alfred Hollings deu a sentença, afirmando: "Parece-me bastante normal que uma moça use biquínis diminutos". Susan, por seu lado, acrescentou: "Ele não era assim quando a gente namorava. Até me fazia levantar a saia pra ver meus biquínis."

Na ABI

O acadêmico Adonias Filho, presidente da Associação Brasileira de Imprensa vai renunciar. Está sendo convocado para a administração. Cargo que, pelo que se comenta nas rodas relacionadas, seria o de futuro ministro da Cultura, depois que o MEC for cortado ao meio. Ocorre então é que a presidência da ABI ficará vaga. Dois candidatos estão apontando para o lugar de Adonias: Prudente de Moraes Neto, e Afonso Arinos de Melo Franco.

Dúvida

O governador Chagas Freitas tem pelo menos cinco nomes para a sua sucessão: Marcial Dias Pequeno, Erasmo Martins Pedro, Benjamim Farah, Emilio Ibrahim e um outro menos votado. Mas o governador não tem, na verdade, inclinação por nenhum. Afirma-se nas rodas palacianas que um auxiliar de Chagas, face à dúvida hamletiana, teria dito ao governador: "Doutor Chagas, por que o senhor não faz aquele sorteio antigo?" E quando o governador perguntou que sorteio, o auxiliar explicou: "Aquele assim: Uni, Duni, Tê, um sorvete colorê, Uni, Duni, Tê..."

A verdade

A verdade sobre o Fluminense Futebol Clube é meridiana: a alta tricolagem do chamado fidalgo clube das Laranjeiras deseja, ardentemente, extinguir o futebol tricolor. O Fluminense não tem condições de disputar a conquista de craques com outros clubes, por causa do passe e dos salários astronômicos. E as rendas do clube não compensam o investimento. Só tem uma coisa: a tricolagem tem medo de dizer a verdade. Então prefere disputar títulos com os jogadores medíocres. Um impasse maior: o nome do clube é Fluminense Futebol Clube.

Auto-análise

Afirmativa do governador de São Paulo, Laudo Naitel, numa entrevista concedida ao jornal "Última Hora", do Rio: "Eu sou um caipira". Como se todos nós já não tivéssemos manjado isso.

A comida

Em dez dias de fiscalização realizada em bares, restaurantes lanchonetes e as famosas casas de pasto, o Serviço de Higiene Alimentar da Secretaria de Saúde da Guanabara aplicou 2.104 multas, sendo que a maioria por falta de asseio. Somadas, as multas ultrapassam o Cr\$ 3 milhões. Um cidadão pacato, quando leu a notícia, fez este comentário: "Realmente o povo carioca está comendo o pão que o diabo amassou."

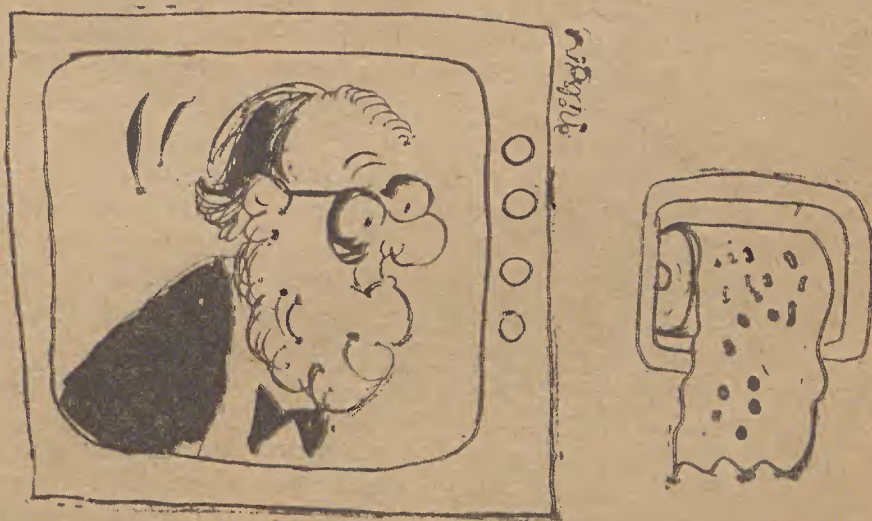
Itinerante

Sabe-se que o escritor Raimundo de Sousa Dantas, que já foi embaixador do Brasil em Gana, ganhará novo posto no Itamarati. Será uma espécie de embaixador itinerante entre Lisboa e as províncias africanas. Fará relatórios e dirá coisas.

O doméstico

O animador de televisão Flávio Cavalcanti adora faturar popularidade levando problemas domésticos para os seus programas. Assim é que todos nós sabemos que sua esposa é boa e devotada, seus filhos também, seus netinhos idem e que sua mãezinha esteve doente. Nos bastidores da Tv Tupi, dia des-

tes, houve um comentário sobre os problemas domésticos de FC. Dizia um cidadão: "O Flávio só falta contar, durante os programas, que o netinho está de barriga desarranjada ou que o cãozinho fez pipi na sua plantação de rosas." Mas um dia ele nos conta tudo.



FIM DO BOOM NOS PAÍSES DESENVOLVIDOS

A economia mundial passou, no decorrer de 1973, pelo seu pico máximo do ciclo ascendente, fato já prognosticado desde o início do período, em função do nível de utilização da capacidade instalada observado na maioria dos países industrializados. Estimativas da Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OECD) indicam ter o produto nacional bruto real do conjunto dos países liderados pelos Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá crescido de 6,75% em 1973, comparativamente a 5,8% no ano anterior. Se em termos de aumento da produção o ano de 1973 superou o precedente, quanto à elevação dos preços a economia mundial apresentou, em geral, desempenho menos favorável. Para aquele mesmo conjunto de países a OECD estimou taxa de inflação da ordem de 6,5%, bastante superior aos 4,4% observado em 1972. Para 1974 as perspectivas, antes já algo precárias para a economia mundial, foram seriamente agravadas com a crise energética.

Contrariamente à maioria das previsões realizadas no início do ano, 1973, não foi bom para a economia dos Estados Unidos. As suposições de que as pressões inflacionárias seriam moderadas foram totalmente infundadas. Seja qual for o índice usado, conclui-se ter havido fracasso quanto às políticas de contenção dos preços, que cresceram em média de 5,25% em comparação a 3,2% no ano anterior. As medidas fiscais foram menos expansivas; as taxas de juros subiram acentuadamente e a taxa de expansão dos meios de pagamento diminuiu ligeiramente. Não se atingiu a estabilidade dos preços, em boa parte em virtude da formação de psicologia inflacionária semelhante àquela que prevalecera durante o pior período da guerra do Vietnã.

Já no começo do ano eram fortes as indicações para o aumento da despesa, produção e emprego. As medidas de estabilização tomadas pelo governo, em 1972, foram excepcionalmente expansivas. A economia já vinha operando a nível elevado de utilização de sua capacidade. A demanda de bens e serviços começou a pressionar a oferta limitada, resultando no aparecimento de uma onda inflacionária. Os preços subiram acentuadamente e alguns bens, sob controle do governo, se tornaram escassos. Os preços ao consumidor acusaram majoração de 8,9% de janeiro a outubro. Para os bens industriais, o crescimento dos preços atingiu 10% ao ano, enquanto para os produtos agrícolas e alimentos processados a taxa anual alcançou 33%. A estabilização dos preços de alguns bens foi conseguida à custa de escassez e até mesmo interrupção da produção nos casos em que os ofertantes passaram a considerar insatisfatória a margem de rentabilidade, dado o programa de controle direto de preços exercido pelo governo.

Quanto ao ritmo de aumento da produção houve, nos primeiros dez meses de 1973, queda comparativamente a igual período do ano anterior. Enquanto em 1972 a produção industrial tinha crescido de 12% de janeiro a julho, em igual período de 1973 a expansão desse setor limitou-se a 8%. As principais razões para essa queda foram as limitações impostas pela própria capacidade de produção, e as perspectivas de diminuição dos lucros devidas aos controles de preços de certos bens e serviços exercidos pelo governo. Apesar desses problemas o PNB real mostrou crescimento estimado em 6% (OECD), inferior ao observado em 1972, porém ainda superior à taxa média que se tem verificado a longo prazo.

A taxa de desemprego, que era de 5,9% em 1971 e 5,6% em 1972, caiu para uma média de 4,9% no período janeiro/outubro de 1973. Com o rápido crescimento no volume de emprego, houve dificuldades na obtenção de mão-de-obra às taxas salariais vigentes, dificultando, assim, o crescimento da produção para atender o crescimento rápido da demanda de bens e serviços.

Embora tenha crescido a taxa de emprego (em relação a 1972) o mesmo não aconteceu com a da produtividade da mão-de-obra. Nos nove primeiros meses do ano, a produção por homem/hora cresceu à taxa anual de 1,5%, enquanto que no ano anterior essa taxa fora de 5%. A queda no ritmo de melhoria da produtividade, associada ao aumento de salários, foi um dos fatores importantes para o aumento de 6,7% nos custos da mão-de-obra verificados em 1973.

As medidas fiscais tomadas em fins de 1972 tiveram também grande influência no comportamento da economia em 1973, juntamente com aquelas postas em ação no transcorrer do ano. Essas medidas, executadas em 1971 e em todo o

transcorrer de 1972, tiveram, provavelmente, um efeito de crescimento direto na economia e podem ter tido alguma influência indireta, provocando expansão monetária mais rápida. Desde 1970, as despesas federais vêm crescendo à taxa de 9,2% ao ano enquanto que no período 1967-70 esse crescimento era de 7,0%, mesmo com os elevados gastos militares do Vietnã. Com a retirada das tropas, as despesas decresceram. Por outro lado, os programas sociais e outros não ligados à defesa aumentaram rapidamente. Embora tenham sido feitos esforços para restringir o crescimento dos dispêndios do governo durante o ano, os desejos do público impediram que os esforços de contenção tivessem grande efeito.

As perspectivas para a economia americana, independentemente do agravamento da crise de energia, já não eram muito animadoras: persistência da inflação e redução na taxa de crescimento da produção, da renda e dos lucros. De qualquer modo, se a crise de energia chegar a uma solução razoável, se o orçamento federal se mantiver mais ou menos equilibrado, e os meios de pagamento crescerem à taxa moderada, é possível que a economia dos Estados Unidos não chegue a sofrer recessão ou estagnação em 1974. Embora deva haver ajustamentos, a exemplo do ocorrido em 1956, quando a diminuição na construção civil e na produção automobilística foi contrabalançada por um aumento nas despesas de capital, o sucesso na redução da taxa de inflação será vagaroso, pois já existe expectativa mais ou menos generalizada de que os preços continuarão a se elevar, o que leva muitas pessoas a agirem tomando por base essa perspectiva. Muitos contratos são assinados na suposição de certa taxa de inflação esperada. A maioria das previsões situam em 4 e 6% o aumento dos preços para 1974, com o PNB crescendo pouco mais que 2%.

JAPÃO

Até mesmo antes da crise do petróleo já se tornava evidente que a economia japonesa se defrontava com um dos períodos mais críticos do pós-guerra. Os efeitos de uma política fiscal expansionista, executada desde o início de 1972, combinada com o rápido aumento dos preços, vinham impondo considerável pressão sobre a estabilidade política e social do país. O agravamento da crise do petróleo veio contribuir para acentuar ainda mais os problemas econômicos.

Também a economia japonesa defrontou-se em 1973 com o problema do limite de sua capacidade de produção, em virtude do que o aumento do produto industrial passou a se condicionar mais pela capacidade da oferta que em função do estímulo do lado da demanda. Assim, em termos reais, o PNB cresceu de apenas 1,5% durante o segundo trimestre e 0,5% no terceiro, após ter-se expandido de 3,3% durante o primeiro. No último trimestre notava-se a presença de forte pressão de demanda, queda nos estoques e escassez mais ou menos generalizada de produtos industrializados e matérias-primas.

Enquanto isso, os preços continuaram a disparar. Em novembro, o índice de preço por atacado situava-se 21,2% acima do nível registrado doze meses antes, ao mesmo tempo em que os preços dos bens de consumo, em Tóquio, mostravam acréscimo de 14,8% durante o mesmo período. A elevação dos preços no Japão derivaram, em 1973, do excesso da demanda interna mais que do aumento dos preços dos produtos importados.

Têm-se feito tentativas para avaliar o impacto da crise do petróleo sobre a economia japonesa. Assim, o Centro Japonês de Pesquisas Econômicas estima que um corte de 15% no fornecimento do produto causaria impacto negativo de 5% em termos do PNB de 1974. O Instituto Nomura de Pesquisas, adotando a hipótese de um corte de 7% no suprimento, estima impacto negativo sobre o PNB entre 2 a 3% em 1974. A Agência de Planejamento Econômico, tomando por base redução de 10%, prevê efeito de queda de 5,5% sobre o PNB. O que parece bem claro é que, dependendo do grau da insuficiência no suprimento de petróleo em 1974, o PNB do Japão poderá, pela primeira vez após a II Guerra Mundial, mostrar redução. Ao mesmo tempo o problema da inflação seria agravado por efeitos diretos e indiretos: em primeiro lugar pelo impacto imediato sobre os preços dos bens de consumo associados ao aumento dos custos de produção; e, em segundo, em função da diminuição da oferta de muitos produtos, cuja produção depende estritamente da utilização do petróleo.

CANADA

A economia canadense exibiu alta taxa de expansão em 1973, da ordem de 7%, comparativamente aos 5,8% do ano anterior. Tal crescimento levou também, no caso do Canadá, a que a economia

atingisse seu teto superior em termos de utilização da capacidade instalada. Pelos padrões canadenses o comportamento recente do aumento do número de empregos tem sido marcante.

A principal fonte de estímulo ao aumento do produto da economia canadense foi a expansão da demanda por bens e serviços. Nos primeiros meses de 1973 a compra de quase todos os bens de consumo cresceu excepcionalmente em função da expectativa gerada quanto ao aumento de impostos e preços. A venda de automóveis aumentou rapidamente, o mesmo ocorrendo quanto à procura de residências.

Seguindo o comportamento normal, as despesas de capital expandiram-se moderadamente durante a fase inicial do boom. Contudo, à medida em que muitas indústrias passaram a atingir a plena utilização de sua capacidade, os investimentos empresariais tornaram a representar fonte de dinamismo da economia.

Com respeito à crise energética, a situação do Canadá é mais tranqüila que a da maioria dos países, de vez que conta com petróleo e gás próprios em quantidade suficiente para atender às necessidades internas. Indiretamente, contudo, o país tem sentido os efeitos da crise à medida que o suprimento dos produtos importados está sendo prejudicado pela dificuldade nos transportes. O governo canadense tem posto em prática medidas visando eliminar os efeitos imediatos sobre os consumidores decorrentes da elevação dos preços do petróleo no mercado internacional. Os preços internos foram congelados até final de jan./74 e o imposto sobre a exportação do produto para os Estados Unidos foi elevado de 40 cents o barril para 1.90 dólar.

ALEMANHA

Estimativas da OECD indicam ter a economia da Alemanha Ocidental crescido de 6,25% em 1973, comparativamente a 3,0% em 1972, ao passo que a taxa de inflação situava-se ao nível de 6,25%, ligeiramente superior aos 6,2% de 1972. Uma das principais fontes da expansão da economia alemã durante o último ano foi o rápido aumento de suas exportações, o que também foi complementado pelo próprio aumento da demanda interna por bens e serviços. Em função da ameaça de aceleração da taxa inflacionária, o governo colocou em prática medidas destinadas a conter o ritmo de crescimento dos preços. A parcela dedutível da depreciação, para efeito do cálculo do imposto, foi reduzida, um imposto especial sobre investimentos foi instituído e a política de crédito foi mantida ligeiramente restritiva. A economia já se ressentia da pressão exercida pelas medidas antiinflacionárias colocadas em prática pelo governo desde o início do período, quando estourou a crise do petróleo.

O impacto da elevação dos preços do petróleo afeta a economia alemã com grande intensidade como ocorre com a maioria dos países industrializados. Antes do início da crise as autoridades es-

tavam otimistas quanto aos resultados de sua política de controle da inflação. As reservas bancárias situavam-se em níveis reduzidos, o ritmo de expansão dos meios de pagamento havia diminuído e a execução do orçamento federal mostrava ligeiro superávit. As falências aumentaram de 18,5% do segundo para o terceiro trimestre e as encomendas nas indústrias superavam, em setembro, em apenas 3% o nível de igual período em 1972. Esses efeitos já esperados da política então executada eram minorados pelo contínuo aumento da demanda externa por produtos alemães que, em setembro, situava-se em 41% acima do nível vigorante um ano antes. O índice de desemprego aumentava, mas o governo parecia firme em seu propósito de manter a política adotada até o ponto em que a mesma fosse julgada necessária para assegurar uma desaceleração efetiva no ritmo de crescimento dos preços.

A crise do petróleo parece ter imposto mudança de rumo a tal política. A escassez do produto passou a trazer uma perspectiva de estagnação ou mesmo de queda do nível absoluto da produção, com simultâneo agravamento do índice de desemprego.

Quanto às perspectivas para o corrente ano a OECD, levando já em conta o problema do petróleo, admite que o produto real da Alemanha venha a mostrar crescimento bastante moderado ao mesmo tempo em que a taxa de inflação poderá superar os níveis registrados em 1973.

FRANÇA

Seguindo o mesmo padrão dos demais países industrializados, a França atravessou 1973 com mais expansão econômica que a verificada no ano anterior, mas, ao mesmo tempo, com maior índice de inflação. Estimativas da OECD indicam crescimento de 6,25% do PNB real da França, comparativamente a 5,5% no ano de 1972; a taxa média de elevação dos preços alcançou a casa dos 7% em confronto com 5,7% de 1972. Dado o crescimento relativamente elevado nos últimos anos, a economia francesa também se defrontou em 1973 com o problema de ter atingido o teto superior de sua capacidade de produção. Assim, apesar de ter a produção industrial superado em 9,9%, 8,9% e 7,6%, e respectivamente, nos primeiro, segundo e terceiro trimestres de 1973 os níveis correspondentes de 1972, observam-se atrasos crescentes no atendimento dos pedidos e redução no nível dos estoques. Isso ocorreu a despeito do grande esforço de investimento realizado no país nos últimos anos.

Em um período de 12 meses, findos em setembro, os salários médios subiram de 14% e o salário-mínimo, revisto duas vezes no intervalo, havia sido aumentado de 30%. A produtividade da mão-de-obra mostrou elevação de 5,7% no mesmo período e o número de empregados cresceu de 1%.

Transcrito de "Conjuntura Econômica" - FGV

Professor de cinema da Universidade de Brasília, o realizador paraibano Vladimir Carvalho, um dos principais cultores do filme documental brasileiro, traçou o Itinerário de Niemeyer em filme preto-e-branco, 16mm, a partir de retalhos de fitas e reportagens focalizando o grande arquiteto. O cineasta conservou como tronco fundamental de sua obra um depoimento filmado e gravado que Niemeyer prestou a estudantes americanos em Brasília, em 1969.

Durante o filme, e enquanto risca no quadro os croquis de suas principais obras, Oscar Niemeyer vai falando sobre o seu trabalho, as alegrias e os obstáculos encontrados. O som da entrevista é direto, "mas como nem sempre o sincronismo foi perfeito inserimos sempre que possível materiais de arquivo filmados em diversas ocasiões, sobretudo os de Ricardo Moreira, que viajou várias vezes à Europa com Oscar, filmando as suas atividades", observa o diretor.

— Como na arquitetura do chamado concreto aparente, em que não se procura disfarçar a mão do homem, deixando as fessifuras à mostra, também no filme não procuramos esconder o "cinema" e, aparece toda a movimentação da equipe e dos aparelhos na hora mesma da feitura do filme.

Cineasta traça em Brasília o "Itinerário de Niemeyer"

ALBERTO SILVA

GOIÁS VELHO

O cineasta, que já realizou uma série de documentários culturais — entre eles um longametrage, *O País de São Saruê* —, acaba de efetuar um trabalho de fôlego sobre a antiga capital de Goiás. "Retornamos de bom grado ao ambiente poético das velhas cidades brasileiras, mergulhando no clima de ternura que elas despertam com seu casario característico, suas bandas de música, suas celebrações da Semana Santa, suas folias do divino", conta Vladimir.

— O mais angustiante em *Vila Boa de Goiás* foi recolher uma síntese do que foi o antigo burgo, hoje com seu barroco completamente arruinado pela ação do tempo e dos homens que vêm demolindo indiferentemente um patrimônio colonial bem diverso do que tradicionalmente nos acostumamos a apreciar em Minas e Bahia, por exemplo. Ali (Goiás) se compôs um barroco sertanejo meio despojado, meio requintado, mas que talvez pela própria rudeza do meio teve uma feição muito peculiar.

— Para recompormos essa visão passada — assinala Vladimir — apelamos para os "planos isolados, fixos; evitamos "panorâmicas", que poriam a nu a triste desfiguração de Goiás Velho, como é chamada atualmente a adormecida Vila Boa de Goiás. Os planos gerais são impossíveis de se filmar pois as ruas estão mescladas de estilos: junto de um casarão senhorial bem conservado insta-

la-se um estabelecimento bancário de linhas funcionais à moda "prafrentex", que em nada consulta ao partido da arquitetura colonial dominante na paisagem. Qualquer fazendeiro favorecido com a venda vantajosa de alguma boiada, a primeira coisa que faz é erguer uma "moderna" residência em lugar da digna casa dos tempos do ouro.

MEMÓRIA NACIONAL

— Essa tentativa de "restauração" que adotamos com a câmera — e que mostra Goiás como se ainda estivesse intacta — é rebatida na verdade pelos depoimentos incluídos no filme, repondo a questão de responsabilidade do tombamento e da conservação. Porque esse comportamento se torna ainda mais esquisito e contraditório numa hora em que se badala tanto o turismo e se exige tanto a preservação de nossa memória nacional — diz o cineasta.

Cora Coralina, pseudônimo de Ana Lins dos Guimarães Peixoto, quase lendária figura de Goiás Velho, mistura de doceira e poetisa (editado por José Olímpio um seu livro de poemas esgotou-se em pouco tempo) do alto de seus oitenta anos, patriarca de saias das letras goianas, diz, entrevistada no filme, que o comportamento predatório dos vilaboenses é plenamente natural. "Depois de Goiânia e Brasília, os de Vila Boa ficaram entediados dessas coisas velhas, dessas portas pesadas, desses móveis antigos e não querem mais saber des-

ses "marquesões" ultrapassados pela moda — precisa a anciã. — As pessoas aqui se acham com direito também às novidades que vêm na televisão e nas viagens à Capital e a Brasília.

Mas ao mesmo tempo que ela faz essas afirmações sente-se a profunda nostalgia em face da destruição de sua cidade. O filme procura mostrar que Carolina vive sozinha entre seus livros e suas fruteiras, seus originais inéditos guardados aos montes em arcas e baús, na velha casa à beira do rio Vermelho. Sem esconder a revolta, ela termina seu depoimento definindo o belo como "o que é autêntico" e denunciando que "Vila Boa, por causa da indiferença dos homens, tornou-se uma cidade mascarada".

— O breve painel que traçamos — narra Vladimir — inclui ainda os testemunhos de pesosas do povo, integrantes de autos populares nas festas de largo, e de uma artista, Goiandira do Couto, que pinta Vila Boa há trinta anos e cujos quadros constituem um precioso documentário da paisagem e do casario, e tem o mesmo sentido de "restauração" de que procuramos impregnar o filme, que não é um ato de exaltação do passado pelo passado, mas de registro da perda estúpida de nossa identidade.

CICLOS ECONÔMICOS

Segundo Vladimir, "o pouco material que Goiás Velho poderia nos oferecer como conjunto arquitetônico foi compensado na montagem final por uma espécie de "pastoral"

que fizemos no campo, promovendo uma reconstituição dos ciclos econômicos pelos vestígios ainda presentes de nossa cultura arcaica, desde os garimpos de ouro à adoção total da pecuária como saída para a decadência em que Goiás caiu depois de frustrada sua busca ao ouro, descoberta pelo duro Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera, um dos primeiros desbravadores e dizimadores de riquezas e índios."

— Com isso, criou-se uma moldura para mostrar o núcleo urbano de hoje, cultivando seu velho estilo de vida dos bons tempos, a mansidão do campo se estendendo aos hábitos da cidade: missa, cadeira na calçada para as conversas de fim de tarde, banda de música, folguedos populares. Enfim, a enganosa paz desfrutada no seio fofo da alienação. **Vila Boa de Goiás** tem 17 minutos e foi rodado a cores. A música é do próprio lugar, recolhida nas festas do povo e junto à banda do Batalhão Vila Boa.

MUSEU DOCUMENTAL

Vladimir Carvalho não está muito otimista quanto ao futuro do documentário no Brasil. (Certamente a culpa não é dos cineastas). "Quanto à utilidade do que temos realizado, a essa altura dos acontecimentos já nos acostumamos à idéia de que nosso trabalho no documentário só interessará de agora em diante aos cineclubes, museus, cinematecas, instituições que queiram recolher como peças de acervo as fatias de realidade que bem ou mal vimos tentando apreender, principalmente no meio rural brasileiro, onde formas superadas de produção e vida se misturam descompassadamente com máquinas milagrosas e transformações equívocas".

— Colocamo-nos fora do processo não por achar que o nosso esforço seja totalmente estéril; referimo-nos ao sistema implantado, que impede à maioria dos filmes de interesse cultural chegar ao seu público (ou testar o seu público) e buscar nesse contato os mecanismos de avaliação desse trabalho. Pessoalmente, nem mesmo nos enquadrámos no tempo estipulado (dez minutos) para os recados dos filmes curtos. Temos realizado por todo esse tempo (cerca de 15 anos), a duras penas, na maior parte das vezes como nosso próprio "me-cenas", filmes em excesso a

essas características de duração.

— Assim, não alimentamos veleidades de garantir a continuidade da produção com a enganadora arrecadação dos falidos 0,8% da renda dos cinemas ou dos atuais 50 salários mínimos, concedidos quando o filme conquista a "categoria especial" do INC. Preferimos a liberdade de deixar o filme correr dentro do seu ritmo e tempo naturais. Isso dá-nos a impressão de uma certa liberdade de expressão, e o resto garantimos com as "economias" de uma vida monástica (sujeita a neurose também) no silêncio de Brasília, onde por sinal sentimos nesses cinco anos de reclusão espiritual abrirem-se horizontes que nos levam de volta, dentro da geografia do Planalto Central, aos temas semelhantes aos que tratamos na nossa fase nordestina, num prolongamento da linha que vimos seguindo desde **O País de São Saruê, A Bolandeira, Independência para um Trem de Ferro** etc., e de que **Vila Boa de Goiás** é pura conseqüência.

CINEMA "RESSENTIDO"

Mas a gratificação intelectual pretendida hoje por Vladimir reduz-se unicamente às exposições eventuais em universidades, festivais, encontros, e a satisfação de "seguir no mesmo passo, registrando, na medida do possível os últimos vestígios da cultura e do caráter populares da civilização brasileira. Dessa forma, sem querer, estamos realizando um tipo de cinema que poderíamos chamar de "ressentido". Portanto, a alguém pode parecer estranho essa nossa insistência em permanecer no documentário ou o apego a fatos da cultura que ultimamente vêm tomando uma conotação, digamos, ingleses".

— Explico: com o turismo disparado por tantas estradas e o consumo afluyente galopando com a classe média abastada, os lugares santos e os monstros sagrados da cultura popular estão sendo rifados, incrementados, televisados, apalpados, como sabemos. Nunca o pitoresco esteve tão em moda, o que nos confirma que a decadência desses valores também chegou.

— O nosso caso é outro e estamos na jogada faz muito tempo. Nascido e criado na confluência de famílias em que se misturam roceiros, artesãos, jornalistas bissexto (meu pai

era entalhador e arquiteto sem título, o avô era mestre admirável na arte do couro, um tio, ourives muito procurado), deitamos e rolamos nas raízes durante toda a infância e adolescência, entre o Recife e o interior da Paraíba. Só poderíamos fazer o cinema em cima do que conhecemos, do que é recôndito como material da infância, território poético e recurso de todo artista. A cidade, Itabaiana, era um universo pronto, uma soma de características brasileiras, tinha de tudo.

RAÍZES DEFINITIVAS

Vladimir continua a falar de suas raízes. "Havia lá um centro boiadeiro decadente que vinha do século passado, com bondes puxados a burro, telefone, um jornal semanário (José Lins do Rego e Santa Rosa eram colaboradores) e um carnaval de dar inveja ao Recife. Era também um entroncamento ferroviário muito movimentado e a sua zona de mulheres goza até hoje da fama de ter sido o principal fator de sífilização (também ajudou na civilização) do sertanejo que descia a pé e a cavalo dos confins do Estado para vir embarcar o seu gado nos trens da Great Western Railway, explorada pelos ingleses".

— A feira era muito bonita e colorida, e atraía gente de toda a várzea do Paraíba, redondezas dos engenhos imortalizados por José Lins do Rego no "Ciclo da Cana de Açúcar". Nesse tempo a fantasia infantil corria solta: os trens embalados e apitando noite e dia, as boiadas, as feiras e os "recitais" de Bumba Meu Boi que meu pai promovia em frente ao seu estabelecimento comercial, nos situava inconscientemente num clima mágico de um encantatório irresistível. Aos domingos passava um mestre com uma "brincadeira", a meninada acompanhando atrás; e sempre pensávamos que aquilo fosse um sucedâneo das fitas de cinema que víamos uma vez por semana quando o trem trazendo o filme da capital não atrasava.

— Essa "brincadeira cinematográfica" chamava-se "casa de farinha" e reproduzia em miniatura todas as "máquinas" e elementos de uma engenhoca de fazer farinha que era coberta por uma enorme caixa de madeira com janelinhas por onde se olhava, como nos "nickodeons" dos começos do cine-

ma Os meninos deliravam com a geringonça e pagavam 500 réis para olharem pelas janelinhas. Num vôo no tempo, acho que o apego ao cinema como espetáculo já começara quando assistíamos a esse ingênuo mas "movimentado" brinquedo. Quer dizer que também a nossa ligação com o "folclórico" foi inevitável e até hoje ficamos basbaques ante o espetáculo mundial sem apelar à ficção.

RAZÃO E EMOÇÃO

— Mas não somos puristas no documentário; achamos mesmo que nada chega à razão sem primeiro passar pela emoção. Quanto a esse problema antigo, guardamos um "vício" proveniente da vivência no interior, que é a paixão involuntária pela coisa elaborada, barroca, às vezes romântica, ao lado de uma espécie de sentido artesanal atávico, que de resto é uma marca comum a todo nordestino. Disso tudo ficou a nostalgia do tempo em que acompanhávamos o "velho", que era jornalista nas horas vagas, ajudando-o a fazer um jornalzinho todo colorido, "O Balão", que saía nas noites de São João, composto em tipografia de caixeta e onde pela primeira vez vi o meu nome em letra de forma.

— Depois, esse mundo foi desmoronando no tempo, como está ocorrendo agora pelas malhas do progresso. Itabaiana, meu país, onde imperou o coronelato, quando deixou de ser um ponto terminal da estrada de ferro, viu-se esvaír para outras cidades uma hegemonia que a tornara mitológica, terra do esperto Cancão de Fogo, citada pelos poetas populares nos folhetos de cordel, nas décadas de 20 e 30, e também na "Casa Grande e Senzala", de Gilberto Freyre. Os pastoris (uma versão matuta do teatro de revista), comandados pelo palhaço Bedegueba, sumiram das ruas alegres, com suas dançarinas-prostitutas que provocavam cenas de "far-west" entre fazendeiros e ferroviários em noitadas intermináveis.

— Outro lance de cinema que é lembrado pela população com lágrimas nos olhos: o espetáculo da despedida das "pracinhas" da cidade, em 1943, partindo de trem com a banda de música tocando canções patrioteiras e as noivas, mães e esposas se debulhando em choro copioso, na estação engalada. Neo-realismo de primeira.

Aluguéis em Brasília são os mais caros do país



POLITIKA

Diretor Responsável:
Enéas Resque
Editor: Hélio Contreiras
Direção e Redação:
Avenida Rio Branco, 133 — grupo 1.305 —
Telefone :232-1981

Colaboradores: Oliveira Bastos, Gilberto Palm, Murilo Marroquim, Benedito Coutinho, Edmar de Sousa, Wanderley Guilherme, Gerardo Mello Mourão, Philomena Gebran, Sebastião Nery, Everardo Guilhon.

Sucursais: São Paulo — Avenida 9 de Julho, 245 — 3.º andar — Tel.: 34-1627 (Paulo Pereira).

Fortaleza: Avenida Visconde do Rio Branco, 1484 — Telefone 26-6837 (Dario Macedo).
Distribuição: Fernando Chinaglia S/A. — Rua Teodoro da Silva, 907 — Grajaú — Rio — GB.

Composição e Impressão: Editora de Revistas e Publicações S/A. «ERICA» — Rua Sotero dos Reis, 62 — Telefone 254-4142.